

ATA Nº2/2021

ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE FEVEREIRO, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM.

----- Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, pelas dez horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Ourém, em formato misto: no edifício dos Paços do Concelho, de forma presencial, e videoconferência ao abrigo do disposto no n.º 1, do artigo 3º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março (versão atualizada), com a seguinte:

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

----- **01 - Período de ANTES DA ORDEM DO DIA** – (grelha Anexo A)-----

----- **01.01** – Apreciação e votação da ata nº 01/2021 referente à sessão extraordinária de 2021.01.26 -----

----- **01.02** – Leitura resumida do expediente -----

----- **01.03** – Atividade municipal – apreciação de uma informação do senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro -----

----- **01.04** – Intervenções de interesse local ou declarações políticas gerais -----

----- **01.05** – Período de intervenção aberto ao público -----

----- **02 - ORDEM DO DIA** – (grelha Anexo B-1)-----

----- **02.01** – Ratificação da proposta camarária – Mercado Municipal Manuel Prazeres Durão – medidas de apoio a vendedores e feirantes – COVID-19. -----

----- **02.02** – Ratificação da proposta camarária – devolução de taxas relativas ao exercício da atividade de vendedor do Mercado Municipal Manuel Prazeres Durão. -----

----- **02.03** – Ratificação da proposta camarária – pedido de isenção de pagamento de taxas – apoio municipal COVID-19. -----

----- **02.04** – Ratificação da proposta camarária – medidas de apoio – COVID-19 – famílias e empresas. -----

----- **02.05** – Ratificação da proposta camarária – proposta de reforço de medidas de apoio a famílias, empresas, associações e instituições particulares de solidariedade social – COVID-19. -----

----- **02.06** – Ratificação da proposta camarária – registo n.º 7614/2021 – pedidos de isenção de taxas. -----

----- **02.07** – Apreciação e votação da proposta camarária – pedido de isenção de taxas – processo n.º 319/2019 – Associação de Cultura e Recreio dos Toucinhos. -----

----- **02.08** – Apreciação e votação da proposta camarária – Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M., S.A. – contratualização de empréstimos. ----

----- **02.09** – Apreciação e votação da proposta camarária – adenda ao protocolo com a União das Freguesias de Gondemaria e Olival – caminhos vicinais e recurso humano. -----

----- **02.10** – Apreciação e votação da proposta camarária – primeira alteração ao mapa de pessoal 2021. -----

----- **ADITAMENTO** -----

----- **02.11** – Apreciação e votação da proposta camarária – reforço das medidas de apoio a famílias no âmbito da pandemia COVID-19 – proposta de normas. -----

----- **02.12** – Apreciação e votação da proposta camarária – normas de apoio para combater o impacto da COVID-19 nas empresas do concelho. -----

----- **02.13** – Período de intervenção aberto ao público. -----

----- Verificou-se a presença dos MEMBROS ELEITOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, senhores:-----

----- De forma presencial, no edifício dos Paços do Concelho: -----

----- João Manuel Moura Rodrigues – Presidente -----

----- Ana Margarida Henriques Neves Vieira – 1.ª Secretária -----

----- Valdemar Pinheiro de Oliveira – 2.º Secretário -----

----- Orlando Sérgio Palmeiro Calado Cavaco – representante do grupo municipal do Partido Social Democrata / Presidente Junta Freguesia Urqueira -----

----- António Ribeiro Gameiro – representante do grupo municipal do Partido Socialista -----

----- Martim José Rosado Borges de Freitas – em representação do grupo municipal do CDS-PP -----

----- Helena Santos Pereira – representante do grupo municipal do Movimento Independente – MOVE -----

- Por videoconferência: -----
- Alexandre Manuel Gaspar Faria -----
- Nuno Manuel Pinto Dias -----
- Nuno Manuel Pinto Dias -----
- Catarina Borges de Freitas -----
- Nuno Miguel Gonçalves Baptista Pereira -----
- Estela José Nunes Silva -----
- Filipe Remi Callebaut Mendes -----
- Cláudia Maria Pereira Campos -----
- Alberto José Pires Caveiro -----
- Paula Cristina de Oliveira Martins -----
- Avelino da Conceição Subtil -----
- Nuno Miguel Neves dos Prazeres -----
- Paulo Alexandre Cancelinha de Sá -----
- Vanessa Cristiana Gomes Ferreira -----
- Luís Henriques Bento -----
- Na impossibilidade de comparecer e conforme preceitua o artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (versão atualizada), fez-se substituir o membro da Assembleia Municipal, senhor: -----
- Manuel Dias das Neves, eleito na lista PS, foi substituído pelo senhor **Vitor Oliveira Santos** (participou por videoconferência): -----
- Verificou-se a presença dos PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA, senhores:--
- Por videoconferência: -----
- Freguesia de Alburitel – Engrácia Maria Vieira Marques Carriço -----
- Freguesia de Atouguia – António Henriques Pereira -----
- Freguesia de Caxarias – Filipe de Frias Antunes da Graça -----
- Freguesia de Espite – Dulce Raquel Lourenço Mateus -----
- Freguesia de Fátima – Humberto António Figueira da Silva -----
- Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias – Luís Pereira de Oliveira -----

----- Freguesia de Seiça – Custódio de Sousa Henriques -----

----- União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais – Abílio Gameiro Rodrigues -----

----- União das Freguesias de Gondemaria e Olival – Fernando de Oliveira Ferreira -----

----- União das Freguesias de Matas e Cercal – Virgílio Antunes Dias -----

----- União das Freguesias Rio de Couros e Casal dos Bernardos – Jorge Manuel Dias Lopes -----

----- Na impossibilidade de comparecerem e conforme preceitua a alínea c), do n.º 1, do artigo 18.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, fizeram-se substituir: -----

----- Freguesia de Nossa Senhora da Piedade – Tesoureiro, **Susana Margarida Santos Costa Pereira** -----

----- Em cumprimento do n.º 1 e n.º 3 do artigo n.º 48º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (versão atualizada) compareceu o executivo camarário, conforme se especifica:-----

----- De forma presencial, no edifício dos Paços do Concelho: -----

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal: -----

----- Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque -----

----- Por videoconferência: -----

----- Senhores Vereadores em regime de permanência: -----

----- Natálio de Oliveira Reis -----

----- Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa -----

----- Rui Manuel Simões Vital -----

----- Compareceram os Vereadores em regime de não permanência, senhores: -----

----- Por videoconferência: -----

----- Cília Maria de Jesus Seixo -----

----- Estela Augusta Rito Ribeiro -----

----- José Augusto Dias dos Reis -----

----- Deu início aos trabalhos desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da AMO que, após a verificação da existência de quórum, declarou aberta a sessão, pelas dez horas e dez minutos. -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

-----**01 - Período de ANTES DA ORDEM DO DIA** – (grelha Anexo A)-----

01.01 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº01/2021 REFERENTE À SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2021.01.26 -----

-----O senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL submeteu à apreciação do plenário a ata referida em epígrafe, cujo texto foi, previamente, distribuído a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- **Submetida a apreciação do plenário, foi a ata aprovada, por unanimidade, com o voto dos membros presentes na referida sessão.** -----

01.02 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE.-----

----- O senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou do seguinte: -----

----- Comunicação da Assembleia de Freguesia de Fátima – “Tomada de posição pública - Pela construção do Nó entre a A1 e o IC9” -----

----- Comunicação do Grupo Parlamentar do PCP – “Pergunta ao Governo – Impacto Ambiental da exploração de pedreiras no sopé da Serra de Aire e Candeeiros” -----

----- Comunicação da CPCJ-Ourém – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – “Remessa de Relatório Anual da Atividade da CPCJ de 2020” -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

01.03 – ATIVIDADE MUNICIPAL – APRECIÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL apresentou uma informação acerca da atividade municipal, a qual foi elaborada nos termos e em

cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a seguir se reproduz: -----

“Excelentíssimos -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Senhora Vereadora e Senhores Vereadores -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais -----

Comunicação Social -----

Senhoras e Senhores, presentes nesta sala, ou que nos acompanham através da transmissão online, que estamos a realizar através das redes sociais do Assembleia Municipal e do Município de Ourém -----

É sempre com enorme prazer, sentido de responsabilidade, e muito empenho no trabalho produzido, que me dirijo a esta Assembleia, competindo-me uma prestação de contas, política e administrativa, dentro do melhor espírito democrático. -----

Início a minha intervenção efetuando um breve balanço de uma quadra muito especial como é o Natal, tendo assumido ainda maior relevo nestes tempos que vivenciamos -----

Infelizmente, e contrariamente ao que já vinha sendo tradição, não a pudemos celebrar com a iniciativa *Ourém é Natal*, tão importante que era para o sucesso dos nossos comerciantes e para a própria felicidade das famílias ourenses. -----

Voltará a ser este ano, acredito! -----

Não foi por isso que o Município de Ourém deixou de investir num Natal digno para todos os ourenses. Tendo consciência das dificuldades existentes, um pouco por todo o território, reforçámos o raio de ação dos nossos serviços sociais, procurando chegar a todos e a cada um na medida das suas necessidades e dos meios disponíveis. -----

Através do nosso Centro Comunitário do Voluntariado, distribuímos 50 cabazes de natal junto de famílias referenciadas um pouco por todo o Concelho, tendo o cuidado de oferecer um presente de Natal a todas as crianças envolvidas neste processo. -----

Também neste contexto, procedemos à distribuição de 200 refeições em plena Noite da Consoada, fazendo chegar duas centenas de ceias de natal a outros tantos lares, conseguindo,

através desta iniciativa, apoiar um bom número de restaurantes do nosso concelho, responsáveis pela confeção destas refeições. -----

Procedemos à aquisição, no comércio local, e oferta de 2400 presentes de Natal a todas as crianças do pré-escolar e do 1.º ciclo, num investimento estimado em 7400 euros, na mesma medida em que unimos 748 crianças do nosso concelho em torno do concurso de Cartas ao Pai Natal, e que foram distribuídos cerca de 6500 vouchers de 5,00€, aos alunos do concelho, maioritariamente aos mais desfavorecidos. -----

Ainda neste âmbito promovemos a campanha de apoio ao comércio local denominada “No Natal compre no comércio local... e ganhe prémios!”, e congratulamo-nos com o seu forte impacto nos estabelecimentos aderentes. -----

Lembrando que o processo que envolve esta campanha ainda decorre até ao final de março, podendo vindo a ser adiado atendendo aos condicionalismos do confinamento, importa salientar alguns dados que me parecem tão importantes quanto esclarecedores da importância desta iniciativa. -----

A campanha de apoio ao comércio local contou com a adesão de 172 estabelecimentos e atingiu um total de 76 mil cupões distribuídos, o que significa, portanto, um estímulo direto, no mínimo, de 1 milhão e cento e quarenta mil euros em compras no comércio local. -----

Aproveito para informar que já procedemos à validação e pagamento de 1302 vouchers, no montante 6510,00€. -----

Recordando que estes números ainda não estão fechados, mas não deixo de concluir que a iniciativa foi um sucesso e que merecerá a nossa atenção no futuro, para que a possamos repetir, melhorando o que tivermos de melhorar, sempre em prol da dinamização do setor comercial do nosso concelho e do bem-estar social de todas as famílias que dele dependem. --

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais -----

Feito um balanço às diversas campanhas natalícias que promovemos, tanto na esfera da ação social como no espectro do apoio ao comércio local, permitam-me que transporte esta minha comunicação para a necessidade de continuar a apoiar famílias, instituições e empresas do nosso Concelho. -----

Foi por isso que logo no início do confinamento atual, desencadeamos novos mecanismos de apoio a famílias e instituições, dos quais destaco a isenção do pagamento da água e resíduos para as famílias com tarifas sociais, assim como o apoio às IPSS e instituições que prestam serviço de AAAF e CAF e Creche, suportando o município 75% da mensalidade dos Encarregados de Educação caso não adiram ao layoff ou o remanescente dos vencimentos caso adiram, acrescido de 5% do volume da massa salarial, desonerando assim as famílias deste encargo num período de especial vulnerabilidade. -----

Também consciente de que o Município de Ourém pode constituir-se como uma mola propulsora da economia local, apresentamos todo um pacote adicional de medidas de apoio, através do qual pretendemos investir mais de 1 milhão e cem mil euros, e digo investir, porque é de investimento de e para as pessoas que se trata. -----

Em rigor, vamos disponibilizar 750 mil euros em apoios ao tecido empresarial, na mesma medida em que pretendemos investir 400 mil euros em apoios às famílias ourenses, entre participações em cuidados de saúde e rendas de casa, acesso à alimentação e apoio a despesas correntes como águas, luz e gás, entre outras, desde que devidamente fundamentadas pelas famílias e validadas pelos serviços municipais. -----

Tendo consciência da importância que o sector turístico tem na atividade de todo o Concelho, idealizámos a Campanha 10 001 Noites, iniciativa através da qual o Município de Ourém se predispõe a apoiar a hotelaria, oferecendo uma noite extra em hotel, além de um voucher de 10 euros para gastar em restaurantes do concelho. -----

Trata-se de uma campanha de longo prazo, a decorrer entre 1 de abril deste ano e 31 de março do próximo, procurando acompanhar o que pretendemos que seja a recuperação dos estabelecimentos em questão e a revitalização da nossa economia local, tão importante que é para a manutenção de emprego e constante criação de novos postos de trabalho. -----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais -----

Também nas áreas da cultura e do desporto, procuramos ser pró-ativos e apesar de todas as restrições que condicionam muito a ação, principalmente no que toca a dinâmicas ou iniciativas que dependem do contacto direto com os mais diversos públicos, o trabalho em prol da cultura e do desporto continua a ser desenvolvido. -----

Foram aprovadas pelo Programa Centro 2020 duas candidaturas a Programação Cultural em Rede. A primeira, “PATRIMÓNIO CULTURAL – MEMÓRIA COLETIVA”, resulta de uma parceria entre o Município de Ourém, que assumiu a liderança, e os Municípios de Alcanena e de Tomar e que conta com um investimento municipal no valor de 100.000,00€, financiado na sua totalidade, e uma segunda, “O CAMINHO DAS PESSOAS”, a executar pela CIMT e da qual o Município de Ourém é beneficiário. -----

Encontram-se também finalizados os dois projetos financiados pelo Programa ProMuseus da Rede Portuguesa de Museus, um dedicado a três frentes de investigação sobre a Vila Medieval de Ourém e que irá alimentar o projeto de musealização, e um segundo que vai permitir dotar a Torre Sul do Castelo de uma solução multimédia que conta a história de Ourém e que permitirá ao visitante conhecer e interpretar a nossa história, projetando, ao mesmo tempo, o seu futuro. No Museu Municipal, continuam as visitas guiadas virtuais e de partilha de pequenos artigos representativos da identidade do território.

Também a Biblioteca Municipal, apesar de estar encerrada ao público, criou e promoveu o projeto “POESIA... PARA ALÉM DA PANDEMIA” e implementou o empréstimo de obras em regime de “take away”. -----

No que concerne a Rotas e Caminhos, aposta deste executivo, para além da Rota Carmelita, informo que está praticamente concluído o projeto de execução do “Caminho da Nazaré” que permitirá ligar os santuários de Fátima e Nazaré, estando também em plena execução o estudo e definição de traçados e sinalética dos Caminhos de Fátima no Médio Tejo, em parceria com a CIMT. -----

No âmbito desportivo retomaram-se os programas de aulas online, abrangendo de uma forma global todas as faixas etárias, com a realização de aulas de “Desporto Sénior” e “Ginástica para Crianças & Comp.^{as}” e “Desporto para Todos”, -----

Permitam-me ainda destacar o galardão de “Município Amigo do Desporto”, referente ao ano de 2020, atribuído pela Cidade Social, entidade promotora de certificação desportiva. Este prémio vem reconhecer o empenho do Município na realização de atividades desportivas, no apoio às instituições e no investimento realizado nas infraestruturas desportivas, tendo como principal objetivo a melhoria da qualidade de vida e o incremento de hábitos saudáveis. Fomos

ainda distinguidos no Concurso “Presença Digital do Desporto e da Atividade Física” com a classificação de “Recomendada” e no Concurso “Intervenção COVID 19 no desporto e na atividade física”, ficando classificado em 3.º Lugar. -----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais -----

Esta nossa estratégia de retoma não se esgota em apoios sociais, apostas culturais e desportivas ou campanhas de dinamização da economia. -----

Desde o início do nosso mandato, procurámos identificar carências e potenciar soluções, sempre em prol do desenvolvimento do concelho em todo o seu esplendor. -----

Sem facciosismo político partidário, quase três anos e meio depois, no que tange ao desenvolvimento urbano, requalificação viária e melhoria dos espaços públicos, os resultados estão à vista, porque efetivamente temos muita obra feita. Estamos orgulhosos por este trabalho, mas também somos muito ambiciosos e não nos custa reconhecer que há ainda muito para fazer, mas que é difícil suprir todas as necessidades, simultaneamente, nas diversas freguesias do concelho. -----

Este ano de 2021 marcará um ciclo na história do nosso Concelho, através da reabertura do Castelo e Paços do Conde da Vila Medieval, da inauguração do moderníssimo Teatro Municipal de Ourém e do Passadiço do Agroal. -----

Muito recentemente, demos início a empreitadas estruturantes que marcarão igualmente a nossa história: -----

- Requalificação da Estrada de Leiria, popularmente conhecida como Estrada da Loureira; -----
- Requalificação da ER 356, entre a Zona Industrial de Casal dos Frades e o IC9 -----
- Requalificação do Jardim Le Pléssis-Trevisse, em Ourém. -----

Também este ano, pretendemos inaugurar, entre outros: -----

- O Centro Oficial de Recolha, vulgo canil/gatil de Ourém -----
- A Ecovia Fátima-Ortiga -----
- O Centro Escolar de Carvoeira, em Caxarias -----

- As novas unidades de saúde de Alburitel, Olival e Sobral, que Já se encontram em funcionamento e não foram inauguradas oficialmente, devido a constrangimentos de agenda dos elementos do governo central. -----

Temos estratégia, projetos e obra, sendo nesta senda que pretendemos continuar a pautar o nosso trabalho, pois só assim estaremos a contribuir para um desenvolvimento sustentável, inclusivo e harmonioso do concelho. -----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais -----

Termino, provavelmente por onde muitos esperariam que tivesse iniciado, focando a minha intervenção na situação epidemiológica do Município. -----

Desde o início do ano, o nosso concelho viveu aquele que podemos considerar como o pior momento desde o início da pandemia, acompanhando a tendência de subida verificada, um pouco por todo o país. -----

Para melhor compreendermos a evolução da pandemia e a escalada dos números, recordo que o Concelho registava 200 casos ativos a 26 de dezembro, 660 a 15 de janeiro e 1040 a 22 de janeiro. No final do último mês, atingimos o ponto máximo de casos em Ourém e ficámos muito perto dos 3000 mil casos detetados desde o início da pandemia, em março do ano passado, já lá vai quase um ano. -----

Com a escalada dos números veio também o aumento do número de óbitos, fazendo subir para 76 o número de munícipes falecidos até ao dia 20 de fevereiro. -----

Permitam-me que expresse, em nome do Município e perante os digníssimos representantes da Assembleia Municipal de Ourém, o meu voto de profundo pesar pelo falecimento destes concidadãos, endereçando a todos os familiares e amigos um forte abraço de solidariedade e de amizade. -----

Esta escalada levou à implementação de medidas de restrição adicionais, forçando o país a uma nova fase de confinamento. Os resultados, esses, estão à vista de todos. -----

O número de casos positivos desceu radicalmente, as urgências dos hospitais voltaram a respirar de algum alívio e já nos é permitido encarar as próximas semanas com maior alento, sendo expectável algumas medidas de desconfinamento, brevemente. -----

A evolução da situação epidemiológica registada à data de hoje, permite-nos, ainda que com as devidas reservas, concluir que o pior já passou. O início do processo de vacinação de certeza que reforçará o decréscimo dos casos positivos em todo o país, contribuindo decisivamente para que possamos atingir a imunidade de grupo, no menor espaço temporal possível. -----

O processo de vacinação contra a Covid-19 arrancou a 12 de janeiro, privilegiando profissionais e utentes de instituições sociais. Estendeu-se, depois, às forças de segurança e às corporações de bombeiros voluntários, abrindo-se à população na semana passada, através da inoculação de pessoas com mais de 80 anos ou com mais de 50, mas com patologias diversas associadas. -----

É uma boa notícia, à qual o Município de Ourém tem o orgulho de estar associado. Como sabem, estamos a colaborar, desde o primeiro minuto, com a Autoridade de Saúde no processo de vacinação dos ourenses. Foi com base nesta estratégia de cooperação que disponibilizámos o Centro Municipal de Exposições, e o transformamos, em tempo diria record, no novo Ponto Municipal de Vacinação de Ourém, um dos quatro grandes pontos de vacinação ao serviço da população no Médio Tejo. O nosso apoio é essencialmente de logística, com a montagem e manutenção do espaço, cedência de recursos humanos, transporte das equipas de vacinação e de utentes em caso de necessidade e alimentação. -----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais -----

Permitam-me que aproveite a solenidade desta ocasião para reforçar uma mensagem de agradecimento a todos os profissionais de saúde, bombeiros voluntários, forças de segurança, proteção civil e demais técnicos municipais envolvidos neste verdadeiro serviço público em que se tornou o Ponto de Vacinação Municipal de Ourém. -----

Segundo os dados mais recentes, já foram vacinadas cerca de 5500 pessoas em todo o concelho, e destas, mais de 2500 já receberam a segunda dose. -----

São números de extrema relevância, designadamente porque respondem primeiramente aos cidadãos ourenses mais desprotegidos e vulneráveis, estando inseridos maioritariamente em contexto de lares e residências seniores, o que, como sabemos, têm sido espaços sensíveis de propagação e desenvolvimento da epidemia. -----

Estes últimos números, traduzem, acima de tudo uma mensagem de esperança e de acreditar no futuro, que em conjunto e com muita solidariedade e resiliência conseguiremos ultrapassar. Muito obrigado.” -----

----- Foram ainda remetidos os anexos, abaixo descritos, tendo os mesmos sido dados a conhecer a todos os membros constituintes do plenário (arquivado na respetiva pasta) -----

1. Relatórios das diversas estruturas -----

Anexo	Nova Estrutura	Nomenclatura
Anexo A	Divisão de Gestão Financeira	DGF
Anexo A.i)	Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento	SCPA
Anexo B	Divisão de Recursos Humanos e Informática	DRHI
Anexo C	Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos	DOMSU
Anexo D	Divisão de Urbanismo e Território	DUT
Anexo D.i)	Serviço de Planeamento do Território	SPT
Anexo E	Divisão de Ação Cultural	DAC
Anexo F	Divisão de Educação e Vida Saudável	DEVS
Anexo F.i)	Serviço de Ação Social e Saúde	SASS
Anexo F.ii)	Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude	SADJ
Anexo G	Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente	DAFCE
Anexo H	Divisão de Empreendedorismo e Turismo	DET
Anexo I	Divisão de Fiscalização e Contencioso	DFC
Anexo I.i)	Lista de Processos Impugnados e Executados e processos Judiciais	DFC
Anexo J	Divisão de Ambiente e Sustentabilidade	DAS
Anexo K	Divisão de Projetos Técnicos	DPT
Anexo L	Serviço de Atividades Municipais e Protocolo	SAMP

Anexo M	Gabinete de Imagem e Comunicação	GIC
Anexo N	Serviço Municipal de Proteção Civil	SMPC
Anexo O	Gabinete Técnico Florestal	GTF

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, senhores: -----

= **ANA MARGARIDA HENRIQUES NEVES VIEIRA** pretendeu saber se há novidades relativamente à questão do cadastro. -----

= **HELENA SANTOS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “A minha questão vem no seguimento do saneamento que está a decorrer no Bairro. -----

O senhor Presidente referiu aqui na Assembleia que, o bairro, é uma das localidades onde há mais desperdício de água. Tinha referido também que seria aproveitada a abertura das valas aquando do saneamento, para a substituição das condutas da água. Perguntava se isso está a acontecer, tenho ouvido alguns relatos da população a dizer que não, pelo que coloco esta minha questão. -----

Obrigada” -----

= **CUSTÓDIO DE SOUSA HENRIQUES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Seiça, expôs o seguinte: “A questão que quero colocar tem a ver com as notícias que surgiram, nomeadamente, os caudais que apareceram derivado às chuvas a nível da ribeira de Seiça. Ouvei a senhora Presidente da Câmara de Tomar a falar que há uns projetos de renovação dos emissários de modo a evitar que as águas das chuvas entre no sistema que liga à ETAR de Seiça. Gostaria de saber se há novidades acerca desse projeto, para quando está previsto e em que condições. -----

Obrigado” -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, na qualidade de representante de grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Tenho duas questões ----- Uma delas diz respeito ao ponto de vacinação. O senhor Presidente já deu aqui algumas informações, no entanto, gostaria que fosse um pouco mais longe e nos dissesse, que tipo de

problemas tem encontrado; se as pessoas estão a aderir, ou seja, um breve balanço sobre esta questão. -----

Um outro assunto, que também não é novidade e que eu e os meus colegas temos trazido aqui, tem a ver com o acesso à internet, nomeadamente, no norte do concelho. A zona norte do concelho tem muitos problemas relativamente a esta questão. Gostaríamos de ter o ponto de situação sobre esta questão. -----

Muito obrigado” -----

= **PAULA CRISTINA DE OLIVEIRA MARTINS**, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “A questão que gostaria de colocar tem a ver, novamente, com a BeWater, pois é um assunto que ainda está longe de ser resolvido. Gostaria que o senhor Presidente fizesse um ponto de situação relativamente às reuniões que teve com o administrador da BeWater. Que justificação dá aos ourenses sobre a faturação que ainda não está de todo esclarecida. Porque razão estão ainda a ser enviadas faturas às famílias, com valores elevados e desajustados da realidade. Já foi pedida a fiscalização às entidades competentes, sobre esta questão. -----

Por fim, o que nos tem a dizer relativamente às notícias que ocorrem do levantamento que foi feito pela Deco, em que o concelho de Ourém é o que tem o preço das águas mais caro, relativamente a concelhos vizinhos que têm valores inferiores, uma situação também de preocupação. -----

Dada a circunstância de estarmos a passar por todo este processo da BeWater que ainda não está resolvido, havendo ainda muitas questões que os ourenses gostariam de ver esclarecidas, não seria o momento para negociar melhores condições para a população relativamente aos preços da água. -----

Muito obrigada” -----

= **ALEXANDRE MANUEL GASPAR FARIA**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Duas questões. -----

Uma primeira tem a ver com os centros de saúde, uma vez que se tinha falado que iriam ser inaugurados e nunca mais se ouviu falar disso. Para saber se já estão a funcionar. -----

Uma segunda questão, tem a ver com as obras de saneamento. Vê-se que estão a avançar, qual o ponto de situação? -----

Obrigado” -----

= **AVELINO DA CONCEIÇÃO SUBTIL** expôs o seguinte: “ARU da Cidade Ourém -----

No âmbito do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, o Município de Ourém aprovou no final do ano de 2016 uma Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Cidade de Ourém, ancorada, “*por um lado, no Núcleo Histórico de Ourém – Vila Medieval – e, por outro, no núcleo Histórico da antiga Vila Nova de Ourém*”, abrangendo uma grande área de intervenção, mais precisamente 135,68 ha. -----

Nos termos legais, a delimitação desta ARU possibilita um significativo conjunto de benefícios fiscais, quer associados aos impostos municipais sobre o património, designadamente o IMT e o IMI, quer ao nível do IRS e IVA, para os investidores que promovam a reabilitação de imóveis inseridos na ARU. -----

Tendo dedicado alguma atenção à possibilidade de aproveitamento destes incentivos, sou levado a concluir que a Câmara não tem vindo a fazer tudo o que seria possível ao nível da sua divulgação e agilização processual. -----

Podendo estar enganado, pergunto a V. Exa., se pode informar esta Assembleia, qual o número de projetos submetidos no âmbito da ARU da Cidade de Ourém e quantos já foram concluídos.” -----

= **HUMBERTO ANTÓNIO FIGUEIRA DA SILVA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Fátima, expôs o seguinte: “Gostaria de colocar duas questões ao senhor Presidente -----

Não falou no relatório de atividades da Câmara, mas gostaria de saber como está o projeto sobre a requalificação da aldeia de Aljustrel. Estão previstas, ainda para este ano, algumas obras no centro de Aljustrel, inclusive a construção ou iniciar o parque de estacionamento, no seguimento da aquisição pela Câmara do terreno para esse fim. -----

Uma segunda questão, gostaria de alguma informação sobre os desenvolvimentos do projeto do orçamento participativo que foi ganho por Fátima, a desenvolver nas encostas de Fátima. ---

Obrigado” -----

= **ANTÓNIO HENRIQUES PEREIRA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Atouguia, expôs o seguinte: “Senhor Presidente -----

Gostaria de deixar aqui um agradecimento ao executivo camarário, em meu nome pessoal, em nima da Junta de Freguesia e em noma da população da Atouguia, pela requalificação da estrada Escandarão/Fontaínhas. Uma obra desejada há muitos anos e que traz muito benefício não só para a nossa Freguesia, mas também para as freguesias limítrofes, nomeadamente, as freguesias da zona norte, as pessoas que se deslocam para os seus trabalhos na zona de Fátima. E, ainda pelo facto de ser um acesso ao IC9. -----

Queria agradecer também a requalificação da estrada, da rua e travessa da Quinta e a rua das Flores no centro da Atouguia. -----

Muito obrigado” -----

= **NUNO MANUEL PINTO DIAS** expôs o seguinte: “Aproveito este ponto para questionar o senhor Presidente da Câmara. Tendo em conta o cenário catastrófico que se antevia para o nível de emprego no nosso concelho, gostaria de saber se já há mais dados que possa partilhar e elucidar sobre o ponto de situação. -----

Aproveitando a questão que a colega Ana Vieira colocou sobre o cadastro, questionava se houve novidades no reforço de quadros no serviço de Finanças de Ourém, que também é uma peça chave para que acontecimentos se desenvolvam e se desenrolem no nosso concelho. ---

Muito obrigado” -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA** expôs o seguinte: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, antes de colocar as questões, gostaria de renovar uma questão e pedia o seu especial cuidado para isso. A esmagadora maioria de nós, não somos profissionais da política, ou seja, temos os nossos trabalhos e, nas horas vagas, vamos cuidando um bocadinho da política. Em relação à comunicação do senhor Presidente da Câmara, nomeadamente os documentos que acompanham essa comunicação, e alguns deles, nomeadamente da parte económica, são bastante relevantes para acompanhar o trabalho do executivo, têm chagado com um, dois dias de antes da sessão. Tenho a ideia de que eles deveriam chegar oito dias antes e assim fica um pouco cortada a nossa possibilidade de analisar esses documentos. É sempre muito em cima da hora e muitas vezes já depois das

reuniões preparatórias dos grupos municipais. Pedia o seu cuidado para isso, até porque já foi um tema suscitado. -----

Em relação às perguntas ao senhor Presidente de Câmara, na comunicação que nos fez chegar, diz que a Câmara gastou seis mil quinhentos e dez euros na comparticipação ao comércio local, através de vouchers e isso produziu um estímulo direto à economia de um milhão cento e quarenta mil. Tendo em conta os multiplicadores económicos, caso tivesse investido sessenta mil euros, isto ia ser um verdadeiro maná, acho que se deve ter um pouco de cuidado com o que se escreve, com estes multiplicadores económicos, as coisas não são bem assim. -----

Tenho uma pergunta sobre a vacinação. Segundo o senhor Presidente da Câmara disse, e nós temos acompanhado isso pelas páginas das redes sociais, o senhor Presidente da Câmara tem acompanhado com especial cuidado o processo da vacinação no concelho, faz muito bem. Segundo disse, existem serviços da Câmara e funcionários que acompanham todo o processo, muito bem. a nível nacional foram noticiados vários casos de vacinação indevida. Na comunicação regional e local, nomeadamente, no Médio Tejo e Notícias de Fátima são mencionados vários casos dessa vacinação indevida no nosso concelho. Pergunto então, se o senhor Presidente, pessoalmente ou por intermédio de funcionários municipais que acompanham a vacinação, tem conhecimento de algum caso de vacinação indevida por parte de algum eleito municipal, alguém nomeado politicamente para algum cargo municipal ou para alguma instituição com participação do Município de Ourém. se sim, quais as medidas que tomou e que consequências políticas poderiam advir para esses eventuais prevaricadores. -----

tinha aqui questões relacionadas com as start-up Ourém e um mini relatório que foi apresentado aos senhores vereadores a pedido dos vereadores do PS, mas parece que, entretanto, há uma resposta meio complicada do Nersant e eu vou aguardar a continuação dessa troca da galhardetes porque, segundo consta, a start-up de Ourém foi a “última bolacha do pacote” para a economia de Ourém, até comparam com outra iniciativa deles também, que é o Centro de Negócios de Ourém que sabemos que foi, claramente, o impulsionador dos negócios em Ourém. -----

Espero também que o vírus nos deixe um pouco mais tranquilos e que as próximas reuniões possam ser quase normais porque tenho um dou dois assuntos que gostaria de colocar presencialmente, que é sempre mais fácil relativamente a faltas de cuidado, a faltas de conhecimento e a processos embrulhados no Município de Ourém, mas ficará para uma próxima sessão em que eu possa estar pessoalmente. -----

Obrigado” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Antes de dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, devo um esclarecimento que tem a ver com a entrega e distribuição da documentação. Esta, assim que chega aos serviços da Assembleia Municipal é, imediatamente, distribuída, quer na plataforma, quer junto dos líderes ou, em alguns casos, junto de todos os elementos da AMO. Não servindo de desculpa, mas deixava aqui o repto ao senhor Presidente da Câmara Municipal para que tenha em atenção o envio antecipado. Bem sabemos que, no passado, havia alturas em que essa informação do senhor Presidente da Câmara chegava no próprio dia, fizemos melhorias, mas podemos sempre melhorar. -----

Outra nota que gostava de deixar aqui, em nome da Mesa da AMO, tem a ver com uma questão se o senhor deputado Nuno Baptista aqui trouxe, não só fazendo uma nota de que o processo de vacinação do concelho está a funcionar de forma notável, tem sido público que as coisas estão a funcionar muito bem. Relativamente aos oportunistas da vacinação, gostava de deixar aqui, na qualidade de responsabilidade que tenho perante o Município, repudiar veementemente, que algumas personalidades do nosso concelho aproveitem o facto de fazerem parte de algumas instituições tomem uso indevido de vacinas antecipadas, não cumprindo, deste modo, aquela que é a sua vez, saber esperar pela sua vez. O Presidente da Câmara, o Presidente da Assembleia Municipal, os Deputados que estão aqui presentes ainda não tomaram a vacina. São pessoas com responsabilidades acrescidas no Município, mas esperarão pela sua vez. A vacinação era desejável que chegasse a toda a gente ao mesmo tempo, não chegando, as entidades oficiais criaram prioridades e, dentro dessas prioridades e bem, estão as forças de segurança, bombeiros, pessoas com idade mais avançada, pessoas

com problemas de saúde, sendo esses que deverão ser prioritários. E os outros só tem de esperar pela sua vez.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL prestou os respetivos esclarecimentos: -----

- Cadastro. Assunto recorrente na Assembleia Municipal que tem décadas e que prejudica o concelho, sendo um instrumento fundamental, nomeadamente junto do serviço de Finanças e para quem trabalha mais diretamente com este serviço. Foi aberto um Aviso para que os municípios sem cadastro pudessem apresentar candidatura. Ourém apresentou candidatura através da CIMT, conjuntamente com mais dois municípios que não têm cadastro no Médio Tejo, Vila de Rei e Sertã e, neste momento, a mesma encontra-se pré aprovada. -----

Prevê-se iniciar os respetivos trabalhos, em abril, estimando-se que se prolonguem durante dois anos, em colaboração com as juntas de freguesia. -----

Foram adquiridos os meios informáticos necessários, prevendo-se a contratação de treze técnicos a afetar às juntas de freguesia, no intuito de solucionar o quanto antes projeto. -----

- Saneamento no Bairro / substituição de condutas de água. Aproveitando as obras de saneamento, irá proceder-se à substituição das condutas de água, sendo local onde se verifica grande perda de água que a BeWater adquire à Epal e que sai muito mais cara do que a que é distribuída por captação própria. Houve um primeiro concurso que ficou deserto, verificando-se presentemente um segundo concurso que prevê a substituição condutas de água na parte mais central da localidade. -----

- Vacinação. Em visita ao centro municipal de vacinação, com a senhora Diretora do ACES Médio Tejo, onde, num primeiro ponto de situação, verificou-se uma boa adesão por parte dos munícipes. A opinião generalizada é que tem havido uma boa organização e que este processo está a decorrer positivamente, o que se deve, em primeiro lugar, à autoridade de saúde, os principais responsáveis pela vacinação, mas também aos serviços do Município que têm colaborado de uma forma cuidada e próxima da autoridade de saúde. -----

No âmbito deste processo, o Município cedeu o espaço, equipamento informático para registo de quem é vacinado, mobiliário, recursos humanos que acompanham as pessoas, almoço aos profissionais. -----

O processo tem decorrido positivamente, estando já vacinadas cerca de cinco mil e quinhentas pessoas, não todas ainda com as duas doses. -----

- Fibra ótica. Não sendo da responsabilidade do Município, há, contudo, empenho para melhor este problema. O norte do concelho tem uma situação ainda muito deficitária, estando a decorrer obras para melhoramento de rede na freguesia de Caxarias que irá ficar servida com fibra ótica, sendo que esta ampliação irá estender-se à freguesia de Urqueira. Não é o que se pretende, mas é um princípio. -----

O Município foi contactado pela empresa TS Telecom que se propõe estender fibra ótica na zona norte do concelho, sendo que os operadores interessados poderão fazer protocolo com esta entidade para depois disponibilizar os serviços aos munícipes. -----

- BeWater. Houve duas reuniões com o representante da empresa, onde foi manifestado o desagrado sobre a situação que decorre, sendo inadmissível o ocorrido. Justificando tratar-se de problemas informáticos e internos da empresa, foi dito que até finais do mês de janeiro, todas as situações, seriam solucionadas. Numa segunda reunião, em inícios do mês de fevereiro, foi reiterado que as ocorrências tinham sido resolvidas, salvo algumas exceções. -----

Quanto ao preço da água, situação não muito agradável, sendo fruto de um contrato de concessão feito há cerca de trinta anos, renegociado em 2014 com a BeWater. -----

- Centros de Saúde. Estão a funcionar quatro novos centros de saúde, aguardando que a senhora Ministra, que ao tempo demonstrou vontade de inaugurar estas unidades, tenha agenda e disponibilidade para o efeito, dado o período de confinamento que vivenciamos. -----

- Saneamento. Decorrem, neste momento, quatro intervenções de saneamento, no valor de cinco milhões de euros – Rio de Couros; Bairro; Fátima, na estrada de Minde e toda a envolvente, Boleiros e Valinhos; Ourém, nas zonas periféricas e Atougua, São Sebastião, Beltroa, entre outros locais. As obras decorrem normalmente. -----

- ARU. Concordou com o que foi dito, uma vez que há poucas pessoas a aproveitar os benefícios decorrentes deste processo. Aquando da aprovação da ARU, o Município procedeu à respetiva divulgação, enviando flyers para casa das pessoas, a dar conta dos benefícios que poderiam ter ao investirem ou requalificarem imóveis inseridos na ARU. Os benefícios existem e devem ser aproveitados, indo ao encontro do que todos queremos, que Ourém seja uma

cidade mais limpa, melhorando o seu aspeto visual, requalificando os imóveis degradados existentes na cidade. -----

- Requalificação de Aljustrel. Divide-se em duas fases. Uma primeira, foi adquirido um terreno por cento e setenta e cinco mil euros, para o qual está a desenvolver-se um projeto a fim de submetê-lo a apoios comunitários, Centro 2020. É uma candidatura que não tem tanto a ver com a construção do estacionamento em si, tendo mais a ver com a parte imaterial, a descarbonização. -----

Uma segunda parte, tem a ver com a requalificação da aldeia em si. Através da ADIRN conseguiu-se aprovar uma candidatura para o local. Uma candidatura pouco volumosa em termos de valores, significando que a requalificação prevista para a aldeia, cifrada em trezentos e cinquenta mil euros, com a requalificação de toda a estrada, sendo intenção, no futuro, que Aljustrel deixe de ter acesso de viaturas ao centro da aldeia, passando a ser feito de forma pedonal. A candidatura está aprovada, estando-se a terminar o projeto para lançar o respetivo concurso. -----

Aljustrel teve recentemente obras de saneamento, sendo a única zona que não teve asfalto porque entende-se que não faz sentido este procedimento dentro de Aljustrel, uma vez que há um projeto para se colocar calçada em toda aquela zona, privilegiando a parte pedonal. -----

- Orçamento participativo. Foi lançado um primeiro concurso que ficou deserto. Sendo um projeto no valor de cinquenta mil euros, houve necessidade de alterar alguns itens no projeto inicial para não ultrapassar o valor estipulado, estando a decorrer um segundo concurso, tendo já sido feito o convite às empresas para que apresentem o respetivo orçamento. Pretende-se dar início a esta intervenção logo que seja possível. -----

- Intervenções na Atouguia. São intervenções prometidas há muito tempo, ainda bem que foram feitas pois são as populações que beneficiam. -----

- Serviço de Finanças de Ourém. Foi aprovada uma recomendação à Direção de Finanças de Santarém no sentido de reforçar os recursos humanos no serviço de finanças de Ourém, uma vez que é o maior serviço de finanças do distrito de Santarém e que tem o quadro de pessoal completo com menos de metade dos efetivos que deveria ter, o que preocupa a todos. -----

- Desemprego no concelho. O desemprego é um problema que está diretamente relacionado com a pandemia que se vive atualmente. O Município de Ourém, sendo um concelho eminentemente turístico, nomeadamente, esta zona mais a sul, Fátima e um pouco da cidade de Ourém, tem sentido dificuldades com o desemprego, uma vez que a área do turismo foi fustigada com a pandemia. Antes da pandemia, havia pouca gente desempregada no concelho. Tendo em conta os últimos dados conhecidos, do último mês de janeiro, salienta-se a resiliência e a resistência do tecido empresarial do concelho, tendo em conta os números e Ourém tinha setecentos e setenta e um desempregados, menos cinquenta e seis desempregados em relação ao mês de dezembro de 2020, o que é significativo tendo em conta a presente realidade. A taxa de desemprego em Ourém, em dezembro 2020, era de 2,85%, em janeiro de 2021 era de 2,66%, quando a nível nacional a taxa é de 5,66%. -----
- Documentação inerente às sessões. Pese embora se tenha evoluído relativamente ao passado, tenciona-se melhorar mais, entendendo-se que as pessoas trabalham, não tendo a disponibilidade que necessitam e que gostariam de ter para análise desta documentação. -----
- Vouchers. É uma questão de interpretação. Foram distribuídos seis mil euros em vouchers e a campanha deu origem a setenta e seis mil cupões que proporcionaram mais de um milhão de euros de compras no comércio tradicional. Se não houvesse vouchers também haveria compras, contudo foi um incentivo para que as pessoas comprassem no nosso comércio. -----
- Vacinação indevida. É de lamentar situações que tenham acontecido. No seio municipal, ninguém foi vacinado indevidamente, serão quando forem chamados. -----
- Start-up. Os senhores Vereadores do PS apresentaram uma declaração quando foi dado a conhecer a atividade da start-up, com contributos que se agradece e que foram reencaminhados à associação empresarial que gere a start-up, tendo a Nersat reagido, apresentando uma resposta que será apresentada à reunião da Câmara Municipal. -----

01.04 – INTERVENÇÕES DE INTERESSE LOCAL OU DECLARAÇÕES POLÍTICAS GERAIS. -----

----- Após período prévio de inscrições, registaram-se as seguintes INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, senhores: -----

----- VOTO DE LOUVOR -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, em nome da Mesa da AMO e de todos os representantes dos grupos municipais com assento neste Órgão deliberativo, apresentou o seguinte “**Voto de Louvor – Professor Virgílio Mota** -----

Aposentou-se recentemente o professor Virgílio de Jesus Mota. -----
Natural de Vermoil, concelho de Pombal, atualmente reside na freguesia de Bidoeira de Cima, no concelho de Leiria. -----

É Licenciado em Filosofia, pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, com profissionalização em exercício; Pós-Graduado em Direção de Escolas, pela Universidade Católica Portuguesa e Mestre em Ciências da Educação, pelo Instituto de Educação da Universidade Clássica de Lisboa. -----

Exerceu a sua atividade profissional durante cerca de 43 anos, tendo desempenhado as funções de diretor de turma, coordenador de diretores de turma, coordenador do departamento curricular, adjunto da direção, presidente da direção e diretor pedagógico. -----

Em Ourém, mais concretamente no Colégio de S. Miguel, em Fátima, além da função docente, exerceu ao longo de quase duas décadas o cargo de diretor pedagógico. -----

Sempre orientado pelo lema “Viver para Servir”, ao professor Virgílio Mota são reconhecidas grandes capacidades profissionais, mas sobretudo uma grande entrega ao outro, “trabalhando sempre numa perspetiva personalista, em que ninguém fica para trás ou se sinta excluído das dinâmicas educativas”. -----

Esta visão humanista do ensino e da sociedade, não deixou indiferente a vida da comunidade educativa do Colégio de S. Miguel, que ao longo destes 20 anos foi “tocada” pelo lema de vida do professor Virgílio Mota. -----

Ao longo da sua extensa carreira exerceu inúmeros cargos de relevo na instituição, para além ter desempenhado as funções de Juiz Social no Tribunal de Família e Menores de Leiria e ser membro do Núcleo Executivo da CLASO, desde a sua constituição. -----

Pelo excelente trabalho desenvolvido, em prol da educação do concelho, com especial relevo em Fátima, propõe a Mesa da AMO um Voto de Louvor ao Professor Virgílio Mota, agradecendo-lhe e desejando-lhe as maiores venturas para esta nova etapa da sua vida.” -----

----- **Submetido a votação do plenário, foi este voto de louvor aprovado, por unanimidade.** -----

----- **VOTO DE PESAR** -----

----- A Assembleia Municipal de Ourém apresenta o seguinte voto de pesar pelo falecimento do senhor LUÍS MANUEL DA COSTA PEREIRA -----

No passado dia 18 de fevereiro de 2021, faleceu Luís Manuel da Costa Pereira – O Lili, homem da nossa terra, respeitado e querido por todos, uma figura muito estimada e marcante no nosso concelho, acima de tudo na Cidade de Ourém, a quem ninguém ficava indiferente. -----

Com uma postura ética e convivência irrepreensíveis, Lili deixa saudades, conhecido como homem de bom trato, humilde, trabalhador, gostava e sempre defendeu Ourém. Recordaremos para sempre aquela saudação que tanto o marcava “...tás bom pá ...”. -----

Filho de António Pereira Afonso, Tó Ná, como era conhecido, ilustre ourense que pelo seu trabalho e dedicação a Ourém, foi homenageado dando o seu nome à Mata de Ourém “*Mata António Pereira Afonso*” -----

Lili sempre seguiu a educação do seu pai no envolvimento associativo e participação ativa na comunidade ourense, foi bombeiro voluntário e membro da Direção dos Bombeiros Voluntários de Ourém; jogador, treinador e membro dos corpos sociais do Clube Atlético Ouriense. -----

As cidades, as histórias das terras, são, acima de tudo, formadas pelas pessoas que as habitam, que lhes dão vida, que são típicas e que nos deixam saudades enquanto comunidade.

A notícia da sua morte causou enorme consternação. O concelho ficou, sem dúvida, mais pobre e todos lamentamos a sua partida, até porque, com ele partiu um pouco da nossa história. -----

A Assembleia Municipal de Ourém apresenta este voto de pesar e manifesta sentidas condolências à família enlutada.” -----

----- **Submetido a votação do plenário, foi este voto de pesar aprovado, por unanimidade, tendo-se respeitado, de pé, um minuto de silêncio.** -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Exma. Mesa -----

Exma. Câmara -----

Colegas -----

Jornalistas -----

Saúdo igualmente todos os oureenses que nos seguem nas redes sociais, esperando que se encontrem bem e que continuemos unidos nesta batalha contra a pandemia. -----

Aviso que esta intervenção vai ser longa, mas achamos que é necessária e aponta para o trabalho, melhor, para o muito trabalho que tem vindo a ser realizado pela equipa que o povo escolheu para estar à frente dos destinos do nosso concelho. -----

Quando a “Coligação Ourém Sempre” se apresentou em 2017, deu a conhecer um programa assente numa estratégia diferente e credível, com propostas e saber para fazer mais e melhor, para o crescimento e desenvolvimento da nossa terra. -----

Chegados ao dia de hoje, e volvidos que estão 3 anos de mandato, com o 4º a decorrer, o compromisso que assumimos com as gentes da nossa terra mantém-se forte e atual. No PSD, sentimos que a confiança que os oureenses depositaram em nós está viva. E a razão de estar viva tem a ver com a obra feita, que está à vista de todos, e os projetos para que esta obra possa continuar. -----

Nos vários pilares da atividade autárquica, a gestão dos autarcas do PSD tem apresentado resultados que fazem este concelho andar em frente, sem perder a esperança, apesar deste tempo de muitas dificuldades. -----

A nossa estratégia de trabalho, faz-se sentir em áreas que são, de facto, fundamentais e que marcam esta força da mudança que trouxemos ao concelho, esta visão, energia e ação tão típicas dos nossos autarcas. -----

O Planeamento era uma das prioridades do nosso programa. Terminámos o PDM; Está em execução o Plano de Urbanização de Ourém; em revisão o Plano de Urbanização de Fátima e, neste momento, estamos a preparar o início do cadastro simplificado mais conhecido por BUPI-

Balcão Único do Prédio, uma plataforma que permite mapear, entender e valorizar o território. É com bom planeamento que se constrói e planeia o futuro da nossa terra. -----

Numa abordagem geral, -----

O **SANEAMENTO** ilustra bem o que estamos a dizer. -----

Em 2008, a taxa de cobertura era de 46%, curiosamente a mesma taxa de 2017. Ou seja, de 2008 a 2017, não houve nenhuma evolução. -----

Em 2020, já com a nossa equipa, com a realização das obras de saneamento de Cercal, Espite, Matas e Fátima (Eira da Pedra, Casa Velha e Fátima) a taxa de cobertura passou para **50,24%, servindo 14 759 alojamentos.** -----

Mas esta passagem, da estagnação para a evolução, não se ficou por aqui. Em 2021, com a obras que estão a ser realizadas em Fátima (Boleiros), Rio de Couros, Bairro, Ourém, Atouguia e Misericórdias, a taxa de cobertura do Saneamento passará para os **55%**, passando a servir **16 082 alojamentos**. Estamos a falar de um **investimento de cerca de 8 milhões de euros**. --

Mais: se os projetos enviados forem aprovados em candidatura (Olival e Aldeia Nova, Caxarias, Emissário do Olival, Maxieira e Casal Farto e Urqueira) a taxa de cobertura voltará a subir para os **58,38%, com um investimento, nesta fase inicial da projeção da obra, de 7 milhões de euros**. -----

Portanto, de uma taxa de cobertura que esteve estagnada, com a entrada do PSD, o Concelho passou para uma taxa de Saneamento que tem vindo a subir e a atingir metas que muitos julgariam impossíveis. Chama-se a isto, **ESTRATÉGIA E BOA GESTÃO!** -----

No **ABASTECIMENTO DE ÁGUA** foram feitos investimentos na ampliação das redes e equipamentos num **valor superior a 2 milhões de euros** (entre 2018 e 2021), tendo sido analisados mais de 150 pedidos de expansão da rede e elaborados projetos de execução de obras. -----

Ainda na área do **AMBIENTE** destacamos a aprovação do Projeto da Mata Municipal de Ourém, a Beneficiação do Agroal com investimentos para o melhoramento das condições, a execução do Parque Infantil dos Santos Jacinta e Francisco, em Fátima; a Construção do Jardim da Rotunda da Corredoura, cartão de visita na entrada poente da cidade de Ourém; e o

alargamento da gestão inteligente de rega a vários jardins municipais, com o objetivo da poupança de água. -----

Na **RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS** dinamizámos o Ecocentro de Fátima, a recolha de monos porta-a-porta, a implementação do Regulamento Municipal de Remoção de Veículos Abandonados, avançámos para a colocação de 56 novos ecopontos, 50 vidrões, 5 ilhas ecológicas e instalámos o Serviço de Recolha de Óleos Alimentares Usados - 26 oleões. São tudo boas medidas para o ambiente e que têm permitido o aumento da reciclagem, progressivo ao longo dos últimos quatro anos em todas as fileiras. -----

Também a **EDUCAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAIS** têm merecido a atenção desta Câmara. Registamos a abertura do Centro de Educação Ambiental da Mata Municipal, a Manutenção da **Bandeira Azul, Praia Acessível e Praia Saudável**, para a Praia Fluvial do Agroal, e a atribuição **Bandeira Qualidade de Ouro**, pela primeira vez em 2020. O Galardão da **Bandeira Verde** - Eco Município de Ourém foi atribuído pela primeira vez em 2020, sendo Ourém um dos 55 Municípios Portugueses a receber este importante galardão. -----

Na área do **TURISMO**, foi implementada a “Rota dos Pastorinhos”, foi organizado o Congresso Internacional de Turismo Religioso e Peregrinação reconhecido pela Organização Mundial do Turismo e estamos na primeira linha do Workshop Internacional de Turismo Religioso. -----

O Passadiço do Agroal está em fase de execução de obra. -----

No **APOIO À ATIVIDADE EMPRESARIAL**, demos uma especial atenção, porque sabemos bem a importância de um forte tecido empresarial, para o desenvolvimento do concelho. -----

Foi inaugurado o Espaço Empresa, assistimos à abertura da Startup Ourém, foi reforçado o Gabinete de Apoio ao Emigrante, demos atenção ao Dia Nacional do Empresário e realizámos com sucesso a Campanha de Apoio ao Comércio Local. Criou-se o Conselho Municipal de Turismo e Desenvolvimento Económico, celebraram-se os contratos para a aquisição dos terrenos para a Área de Acolhimento Empresarial da Freixianda. O projeto está feito e a candidatura submetida. -----

Está também aprovado o projeto para ampliação da zona industrial da Chã, na freguesia de Urqueira. -----

O Município reduziu impostos e isentou da derrama a hotelaria e a restauração. Também as empresas com volume de faturação inferior a 150 mil euros vão usufruir desta isenção. Reduzimos o IMI. Houve apoio às empresas nos processos de regularização e mais de 80 empresas beneficiaram desta medida. -----

Será no nosso concelho, em agosto, o próximo o encontro de empresários da diáspora, momento importante para as nossas empresas, bem como para as da região, encontrarem novas oportunidades de negócio. -----

As medidas no combate ao impacto da pandemia foram claras nos apoios diretos às empresas, no apoio às rendas, na campanha da 10 001 Noites para promover e auxiliar a hotelaria e restauração, lográmos trazer para Ourém a sede da “Shrines of Europe”- Associação Europeia de Cidades Santuário que congrega os principais locais de peregrinação mariana da Europa. O Município tem assumido uma representação ativa na Associação de Municípios Produtores do Vinho, alcançando maior projeção do Vinho Medieval, também através da Associação dos Vinhos Históricos de Portugal. -----

Ao ar livre, os Mercados Ecorurais, que estimulam o interesse pelos produtos locais, ganharam uma nova vida. -----

Na **PROTEÇÃO CIVIL**, o apoio aos bombeiros é uma realidade. Sabemos dos protocolos para as despesas correntes mensais, das verbas para o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais, do apoio às Equipas de Intervenção Permanente, do apoio na aquisição de viaturas de socorro, da ampliação de balneários em Caxarias, da aquisição de terrenos para o novo quartel em Fátima, da requalificação do quartel em Freixianda, da beneficiação do pavilhão em Ourém, entre outras ajudas. -----

Os **APOIOS AOS BOMBEIROS, em investimento** após 24 de outubro de 2017 **ascendem a mais de 1 milhão euros.** -----

Na **AÇÃO SOCIAL**, o **Apoio à Natalidade e Infância ascende a 763 090 euros**, o **apoio às IPSS** para a aquisição de carrinhas cifra-se em praticamente **300 mil euros**. Também aqui esta equipa tem estado atenta às situações de emergência social, socorrendo os casos de vida mais difíceis ao nível de medicamentos e alimentação, entre outros. -----

No **ASSOCIATIVISMO**, os protocolos de colaboração com as associações CULTURAIS e DESPORTIVAS de 2019 a 2021 totalizam o **montante de 659 233 euros**, contemplando atividades, a beneficiação de recintos de jogos e instalações. -----

Na **EDUCAÇÃO** os arranjos nos Centros Escolares Ourém Nascente e Santa Teresa, a Construção do Centro Escolar de Carvoeira, Caxarias, a decorrer, as obras no edifício da APDAF, os arranjos no Centro Escolar da Freixianda, as beneficiações no Centro Escolar do Olival, a requalificação das EB1 do Cercal e de Rio de Couros e ainda da EB1/JI de Pisão-Matas, assim como em praticamente todo o parque escolar do concelho ocorreram obras de melhoria. -----

TODO ESTE INVESTIMENTO TOTALIZA MAIS DE 2 milhões e 400 mil EUROS. -----

Na **CULTURA** a execução das Obras de Reabilitação referente à instalação do Centro de Documentação Joaquim Ribeiro, no Zambujal, a parceria ativa com 26 municípios no projeto Rede Cultura 2027, que nos levou a realizar um Congresso em Ourém com grande impacto, recorrendo às Redes Sociais, o apoio no lançamento de obras literárias, a Festa do Livro, o Festival de Teatro CENOURÉM, a dinamização de programação cultural digital em várias ocasiões, a Semana Santa e Via Sacra ao Vivo na Vila Medieval, a Programação Cultural em Rede, as Exposições, as atividades de promoção do livro e da leitura na Biblioteca Municipal de Ourém para públicos escolares, a elaboração, submissão, aprovação e início dos trabalhos de execução das candidaturas: *'Estudo de valorização patrimonial do Castelo, Paço dos Condes e Centro Histórico de Ourém'*; e *'Torre do Alcaide: Passados (re)construídos, futuros imaginados'* referentes a candidaturas de financiamento ao Programa Promuseus; o Programa Museológico do Castelo e Paços dos Condes de Ourém, Atualização e submissão do Programa Museológico do Museu. -----

Na *Casa do Administrador*, a implementação do projeto de valorização: auditório, loja, receção e ala expositiva. A Agenda Cultural, física e digital, na plataforma da Rede Cultura, a ligação aos Agentes Culturais. -----

A análise aos investimentos no Município de 2017 a 2021, permite-nos retirar facilmente a seguinte conclusão: **TEM HAVIDO DINÂMICA, E ESSA DINÂMICA É VISÍVEL COM ESTRATÉGIA AO NÍVEL DOS PROJETOS E DA OBRA FEITA.** -----

Para além do que já aqui foi dito, olhemos para a **SAÚDE**: Obras como a Requalificação dos Antigos Jardins de Infância de Alburitel e Sobral para Extensões do Centro de Saúde, e a Requalificação da Antiga EB1 de Olival para Centro de Saúde, num investimento de quase **um milhão de euros**. -----

Não há tempo, para descrever a muita obra feita, o que é bom sinal, mas permitam-me AINDA DESTACAR: -----

- O **PEDU-PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DE OURÉM**, no valor de 5 milhões e 400 mil euros. Estamos a falar da Reabilitação do Teatro Municipal e da Requalificação do Castelo e Paço dos Condes e a sua adaptação para Espaços Museológicos (**duas obras com impacto na Cultura e no Turismo**), com execução a 80%, do prolongamento do Parque da Cidade António Teixeira, da Avenida principal e do Jardim de Le Plessis-Trévisse, com obra a decorrer; -----
- A requalificação da Estrada Municipal 357, a estrada de Leiria; -----
- A reparação da Ponte na Avenida dos Bombeiros Voluntários de Ourém; -----
- A Requalificação da Estrada 356, ligação da Zona Industrial de Casal dos Frades ao IC9; -----
- A Requalificação Urbana de Alburitel; -----
- Os acessos ao aeródromo de Pias Longas; -----
- A Reabilitação do Largo do Rossio e envolvente, em Urqueira; -----
- O protocolo de colaboração para a reconstrução do Mercado do Peixe, em Freixianda; a beneficiação da Escola da E.B. 2,3 desta Vila, -----
- A Construção da Ecovia Fátima-Ortiga; -----
- O investimento nos Caminhos de Fátima, com a Rota Carmelita e a Rota do Centenário, e em percursos pedestres através da Grande e Pequena Rota do Carso que valorizam o património cultural e natural -----
- O apoio ao investimento nas Casas Mortuárias para maior dignidade nas cerimónias fúnebres e aquisição de terrenos para alargamento de cemitérios; -----
- O canil/gatil de Ourém em fase de construção, entre outras obras. -----

A ACOMPANHAR TUDO ISTO, O RIGOR NAS CONTAS TEM SIDO UMA DAS IMAGENS DE MARCA DESTE EXECUTIVO. -----

Na rede viária de todo o concelho, sem contabilizar os investimentos estruturais, o investimento já superou os 4 milhões e meio de euros em muitas intervenções nos mais variados pontos do concelho. -----

A bancada do PSD reconhece o trabalho da Câmara Municipal e dos seus autarcas, porque tem estratégia e coloca sempre as pessoas no centro das suas atenções. -----

Era desta dinâmica, desta ação, desta estratégia que o concelho necessitava.” -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Exmas. e Exmos. Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Senhora e Senhores Vereadores, -----

Exmos. Órgãos de Comunicação Social presentes, -----

Estimados ourenses, -----

Senhor Presidente, passados três anos e meio de V. Exa. assumir os destinos da CMO podemos dizer que o nosso Concelho não beneficiou grandemente da sua gestão e nalguns casos até perdeu: pelo menos perdeu muito tempo! -----

Em Ourem a herança foi muito boa e recheada de projetos aprovados com financiamento, que em quase quatro anos não viram o sol e os ourenses perderam esse tempo sem usufruir dos bens públicos, devido apenas e somente à incapacidade de fazer. -----

Esse tempo perderam os ourenses, sem usufruir do seu teatro municipal, por exemplo. Afinal aqui, como já dissemos, não havendo “vigas de 7 toneladas”, há outras razões até agora pouco claras para todos. -----

Mas, em Fátima, onde esta a Av. João XXIII, a avenida do Estoril? O senhor renunciou a comparticipação da IP em 800.000€ em 2018 para até agora nada ter feito e não se diga que a culpa é dos outros. -----

E a Estrada nacional 356 entre o Pinheiro e a Zona Industrial e a Av. Sá Carneiro em Ourém, e o Parque Adão Vasconcelos em Urqueira e as obras no Mercado de Fátima e a entrada da Freixianda etc? -----

Sim, é certo que o Senhor mandou executar a obra da Startup e inaugurou-a, mas é com tristeza que vemos que estão apenas algumas empresas instaladas... -----

E nas Freguesias em Geral? Qual foi a obra projetada e inaugurada por este executivo? -----

Nas Matas, no Cercal, na Gondemaria, em Alburitel, em Espite ou em Urqueira? Em Caxarias, em Formigais, no Fárrio ou em Casal dos Bernardos, em Seiça ou nas Misericórdias etc? Diga lá uma obrinha projetada, executada e inaugurada pelo atual executivo, digna desse nome? Ou seja, encontramos exemplos perdidos, projetos não executados ou mal planeados como a Ecovia da Ortiga com mais de muitos meses contratuais de prorrogações ou a embrulhada dos Passadiços do Agroal, encontramos sim, Juntas e Presidentes de Junta abandonados ao seu destino... -----

Estes serão 4 anos desperdiçados para todos os oureenses! -----

Vivemos mandato de uma coligação que se comprometeu a realizar o seu projeto, pelo que apenas se podem enumerar as suas intenções, sonhos, ideias, projetos ou Estratégia se a houvesse: -----

Assim prometeram: -----

1. Requalificação das zonas industriais e construção de novos parques Industriais - Inexistente; -----
2. Gabinete de apoio ao empresário - sem resultados conhecidos; -----
3. **Start up** Ourém – desde o seu inacreditável protocolo de inauguração até aos dias de hoje e já agora teve pouca procura, mas afirmar que os oureenses não admitem ao NERSANT lições seja sobre o que for e muito menos puxões de orelhas aos leitos locais do PS. Quem representa as empresas oureenses em é a ACISO; -----
4. Transparência e rigor – publicação trimestral das contas, para saber onde é e como é investido o dinheiro público – foi um ar que lhe deu; -----
5. **Scale up** Ourém – fugiu para parte incerta; -----
6. **App** “Participa Ourém.pt” – não se sente nem se vê; -----
7. Rever os planos municipais de ordenamento PUO e revisão do Plano de pormenor entre as avenidas de Fátima e fazer a reabilitação de Aljustrel – adiado?; -----
8. Provedor do Município – ninguém sabe quando chegará; -----

9. Orçamento participativo – quanto mais pequeno e discreto melhor; -----
10. Atração de novas indústrias criativas e tecnológicas – nem uma, nem com a ajuda do NERSANT; -----
11. Observatório do turismo – Turismo digital – por concretizar totalmente; -----
12. Carta desportiva municipal – ?; -----
13. Plano de desenvolvimento desportivo ?; -----
14. Alargamento do horário do pré-escolar ?; -----
15. Modernização educativa ?; -----
16. Criação da semana medieval ?; -----
17. Projetar uma estrada moderna e segura entre Ourém e Fátima – onde andaré esta intenção?; -----
18. Ligação requalificada de Caxarias/Ourém/Fátima – desconhecida em parte incerta; -----
19. Entrada de Fátima ao limite para Alcanena requalificada – por identificar; -----
20. Ecovia Ourém/Fátima – filha de um Deus menor; -----
21. Ligação Rio de Couros/Agroal – talvez la para o ano...; -----
22. Melhoria da ligação IC9/Zona Industrial de Ourém – obra que teima em não aparecer. ---
23. Ecovia Olival/Caxarias – projeto para 2029; -----
24. Resolução do constrangimento na EN 349 em Aldeia Nova – obra para 2029; -----
25. Nova casa de Cultura em Fátima?; -----
26. Construção de um jardim urbano em Fátima?; -----
27. Requalificação urbana das entradas de Fátima?; -----
28. Palácio dos Congressos/Desportos, edifício multifuncional em Fátima?; -----
29. Variante na cidade de Fátima?; -----
30. Construção do edifício multiusos de Caxarias?; -----
31. Requalificação do Terminal Rodoviário/Edifício multiusos?; -----
32. Construção de campos/escola de ténis?; -----
33. Construção do novo Pavilhão Desportivo de Ourém?; -----
34. Projetar a circular à cidade de Ourém?; -----
35. Melhores ligações ao Castelo/Ecovias e acessibilidades elétricas?; -----

36. Recuperação da Zona Industrial de Vilar dos Prazeres?. -----

Para o fim deixei esta pérola de natureza lúdica: -----

“Proteger as pessoas, captar investimento e gerar 3.000 empregos”. -----

Hoje, a Camara Municipal tem uma capacidade de endividamento líquido que permite realizar todo e qualquer sonho político. Basta querer e saber fazer! -----

Mas, isso de pensar, planear e executar é coisa que o atual executivo já demonstrou ser muito pouco capaz. Para o comprovar temos as obras herdadas e que vão em 4 anos para verem a luz do dia... -----

Por isso, é tempo de sonhar uma outra política, com uma outra capacidade política, progressista e de modernidade, e exigir outros protagonistas mais capacitados e visionários!” --

= **HELENA SANTOS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Falar do futuro é falar inevitavelmente sobre a necessidade de inverter o aquecimento global, reduzindo as emissões de carbono até chegarmos a uma meta, meta difícil, mas não impossível da descarbonização da economia da sociedade. -----

Diz-se que as alterações climáticas terão um efeito mais devastador, falando até em milhões de vezes mais dramático, mortífero que os efeitos negativos da pandemia. -----

Ao falar sobre as alterações climáticas e os impactos da poluição no mundo, não podemos deixar de olhar para o nosso concelho e de realçar aspetos sobre alguns impactos ambientais negativos. -----

Recentemente, o PCP questionou o próprio governo sobre os impactos ambientais das pedreiras deste concelho. -----

Conforme noticia publicada no Jornal Médio Tejo, pode ler-se o seguinte: “os habitantes de diversas localidades situadas no sopé das serras de Aire e Candeeiros, designadamente na Maxieira, Casal Farto, Boleiros [freguesia de Fátima] e outras, são confrontados desde há muitos anos com as consequências ambientais da atividade de exploração de pedreiras nas proximidades, que causam um grave dano para a sua qualidade de vida”. -----

Diz-se ainda: “O ruído, as explosões, as poeiras, o pó que se entranha nas casas, nas culturas, nas árvores e vegetação, as lamas no inverno, os tráfegos de veículos pesados pelo meio

dessas povoações, a par de uma destruição massiva do pinhal e das azinheiras, fazem parte do dia-a-dia das populações afetadas”. -----

Este assunto não é novo aqui nesta Assembleia, e por diversas vezes tem sido aqui discutido, mas a verdade é que a situação está pior. -----

O aumento da zona de exploração, viabilizado aqui nesta Assembleia Municipal por maioria, trouxe mais impactos ambientais, a degradação da qualidade de vida das populações vizinhas, trouxe mais barulho, mais pó, enfim tudo o que se possa imaginar. -----

Na referida notícia pode ainda ler-se: “o PCP adianta que “cerca de 250 camiões, 80% deles transportando inertes sem lona de proteção e blocos de milhares de quilogramas, sem cintas de segurança, circulam diariamente, 10 horas por dia, pelo interior das aldeias, onde ao longo das vias, para além de casas de habitação, existem escolas primárias, centro de dia, capelas, centro desportivo e cemitério”. -----

Sr. Presidente, as populações ainda esperam pela tal “cápsula “a colocar por cima da britadeira (dito aqui pelo Excelentíssimo Vereador Natálio Reis...) para reduzir a emissão das poeiras. ----

Sr. Presidente, existiam pequenos atitudes e comportamentos gestos que faziam alguma diferença, como a utilização de proteções nos camiões para evitar o pó nos locais por onde estes veículos circulam... o cumprimento de horários de trabalho, a lavagem mais recorrente destes veículos... A diminuição de um pouco do tráfego, a reparação das estradas, construção de valetas adequadas para o escoamento das águas e lamas....., por exemplo. -----

Pergunto Sr. Presidente se esta situação continuar: “Que qualidade de vida terão às futuras gerações deste concelho?” -----

= **MARTIM JOSÉ ROSADO BORGES DE FREITAS**, na qualidade de representante do grupo municipal do CDS-PP, expôs o seguinte: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ourém -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourém -----

Exmos. Senhores Vereadores, -----

Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal, -----

Exmos. Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia e demais autarcas, -----

Exmas. Autoridades Civas, Militares e Religiosas -----

Exmos. Representantes das Associações Cívicas, Desportivas, Recreativas, Culturais e Empresariais, -----

Exmos. Senhores Funcionários, -----

Exmos. Convidados, -----

Exmos. Senhores representantes dos órgãos de comunicação social, -----

Minhas Senhoras, -----

Meus Senhores, -----

Em nome do CDS-PP, gostaria de saudar as intervenções aqui hoje proferidas, primeiro pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourém e, depois, pelo líder da bancada municipal do PSD/Ourém que, de uma forma exaustiva, mas clara, mostraram que o Executivo Municipal e a 'Coligação Ourém Sempre' têm, afinal, e desde o início, uma estratégia, que, de resto, está a ser seguida e executada. -----

A actividade política deve nortear-se pela coerência. Durante todo o período em que a 'Coligação Ourém Sempre' exerceu o seu mandato na oposição, sempre se bateu de forma pública e transparente pela importância do rigor nas contas municipais, precisamente porque só desta forma, entendemos nós, é possível não apenas cumprirmos o que prometemos como irmos ao encontro dos verdadeiros destinatários da acção política. -----

Os candidatos e, depois, os eleitos pela 'Coligação Ourém Sempre' assumiram, por isso, o compromisso de promoverem uma gestão eficiente, equilibrada e transparente dos serviços públicos autárquicos, reduzindo, em simultâneo, a dívida e a carga fiscal que onerava – e ainda onera - tanto as famílias como as empresas. A redução e a eventual extinção de impostos e de taxas constituem um factor decisivo para promover e favorecer as famílias, dinamizar o tecido social e económico e contribuir para a criação de mais postos de trabalho e de mais riqueza ao nível municipal, bem como para fomentar políticas urbanísticas, de desenvolvimento, de combate à desertificação e de recuperação de zonas do interior. Mas como todos bem sabemos, só é possível baixar taxas e impostos se a gestão dos dinheiros públicos for absolutamente rigorosa. Por isso, cada dia que passa em que a dívida é mais baixa e os dinheiros são geridos com mais rigor, mais esperança temos de que a despesa de hoje não se transforme em dívida e, portanto, em impostos e taxas amanhã. -----

Em 31 de Dezembro de 2019, antes, portanto, da pandemia que a todos nos assolou e assola, o município tinha uma disponibilidade financeira que significava tão-somente que, se assim o entendesse, poderia liquidar integralmente a dívida que tinha. -----

Perante este facto maior, o CDS-PP, lembrando-se muito bem do que se passou em 2011 quando o país não dispunha de um só cêntimo para pagar salários aos seus próprios funcionários e, por não dispor de dinheiro, nos obrigou, a todos, portugueses, a passarmos por uma situação muito difícil, com enormes sofrimentos que não devemos esquecer, o CDS entende que o caminho seguido pelo Executivo Municipal foi o caminho certo: contas em dia, contas certas, contas sãs. -----

É, por isso, que quando se fala de Estratégia, da Visão que se diz que o Executivo e a Coligação não têm, se deve olhar primeiro para a possibilidade de ela poder ou não ser executada. Ora, estratégia alguma, séria e sem encargos futuros, poderá ser concretizada se não dispusermos de uma estratégia de sustentabilidade financeira, necessariamente anterior, capaz de, justamente, a alicerçar e suportar. E isto não é ser economicista nem colocar o dinheiro acima seja do que for. É, simplesmente, aprender com os erros! -----

Conscientemente - eu até diria com toda a consciência -, o Executivo Municipal e a 'Coligação Ourém Sempre' optaram por primeiro dispor dos meios para, depois, avançar mais determinadamente com a sua própria estratégia e visão. Até porque nós não somos partidários de disrupções abruptas nem de reversões ou de descontinuidades institucionais. -----

Não contem connosco para isso! Preferimos a via reformista! Por isso, se havia projectos em curso onde já muito dinheiro havia sido gasto, a primeira coisa a fazer era dar-lhes execução ... apesar das surpreendentes anomalias técnicas que foi preciso corrigir. E assim foi... -----

Foi, portanto, possível avançar com a estratégia previamente traçada quer do ponto de vista da visão quer do ponto de vista financeiro. Além disso, o que nos mobilizou e mobiliza é a qualidade de vida dos ourenses e a qualidade de acolhimento do Concelho. E se estamos preocupados em obter essa qualidade de vida e essa qualidade de acolhimento rapidamente, queremos-la, contudo, estável e duradoura. Por isso, não se pense que o projecto que temos é de 4 anos, que a estratégia que temos é de 4 anos, que a visão que temos é para 4 anos. Ele

vai bastante para além desse período temporal e, se essa for a vontade dos ourenses, veio para ficar. -----

Estranha, por isso, o CDS que o PS acuse o Executivo de falta de ideias e de visão, quando ainda por cima todos nós sabemos e conhecemos bem como gere o Partido Socialista dinheiros públicos. A acusação feita ao Executivo actual não pode, pois, colher. E não colhe mesmo, porque a ‘Coligação Ourém Sempre’ desde cedo entendeu que só se deveria dar um passo em frente se o terreno que ficasse para trás fosse já terreno firme. -----

Portanto, Senhor Presidente da Assembleia e, em especial, Senhor Presidente da Câmara, o CDS congratula-se com o caminho traçado e, mais do que isso, com a forma como V.Exa. e o Executivo a que preside têm gerido eficiente, equilibrada e transparentemente os dinheiros e os serviços públicos autárquicos. Com a inestimável vantagem de ter vindo sempre a reduzir a carga fiscal sobre as pessoas, as famílias e as empresas. O que, por si só, já é obra! -----

Honrar, também nesta matéria, os compromissos eleitorais que defendemos junto dos nossos municípios, sendo já uma marca do exercício do nosso mandato autárquico, não significa nem falta de ideias nem falta de visão. Significa, isso sim, realismo. O sonho, esse, continua e comanda-nos. Como atrás referi, haverá tempo, tempo para concretizar a visão que temos. Sem comprometer o futuro colectivo, nomeadamente o das pessoas, das famílias, e das empresas. Isto é, o futuro dos destinatários preferenciais da nossa acção política. Numa palavra, dando futuro ao Concelho. -----

Disse.” -----

01.05 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

----- O senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, informou de que não foi verificado qualquer pedido prévio de intervenção por parte do público. -----

----- **02 - ORDEM DO DIA** – (grelha Anexo B-1)-----

02.01 – RATIFICAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – MERCADO MUNICIPAL MANUEL PRAZERES DURÃO – MEDIDAS DE APOIO A VENDEDORES E FEIRANTES – COVID-19. --

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 47832**, datado de **2020.08.26**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.08.17, comunicando, a este órgão deliberativo, a deliberação tomada relativa à matéria em epígrafe, nos termos do n.º 3, do artigo 2.º, da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apreciado o relatório registado sob o n.º 41.412/2020, subscrito pelo **Senhor Vereador Rui Manuel Simões Vital**, a propor, face à reunião realizada no dia 17 de julho findo com vendedores e feirantes do Mercado Municipal Manuel Prazeres Durão, a redução, em 50%, das taxas relativas ao exercício da atividade em assunto, nos meses de setembro a dezembro de 2020, como medida de apoio, no âmbito da pandemia do COVID-19. -----

---- Tomaram a palavra os **Senhores Vereadores José Augusto Dias dos Reis e Estela Augusta Rito Ribeiro**, para apresentarem a seguinte contraproposta: “Um dos sectores de atividade mais afetado com a pandemia é o sector do comércio a retalho, principalmente pequenas lojas, feiras, mercados e as vendas ambulantes. -----

---- Os feirantes de Ourém foram gravemente prejudicados com o confinamento e depois de muitos negócios terem sido abertos, tiveram que esperar mais algumas semanas para poderem voltar a praticar o seu sustento de vida. -----

---- Depois de uma reunião com um grupo de feirantes, onde estes apelaram ao apoio da Câmara numa fase particularmente difícil, vem o Executivo propor a redução das taxas de ocupação em 50% para os meses de outubro, novembro e dezembro. -----

---- Os Vereadores do PS acham que a proposta apresentada peca por ficar aquém do que é possível ser feita. -----

---- É uma proposta insuficiente porque: -----

1 – Trata-se de uma das atividades económicas que mais tem sofrido com a pandemia; -----

2 – Foi das últimas atividades económicas a voltaram ao ativo pós confinamento; -----

3 – A situação financeira do Município é suficientemente saudável para poder responder com outra grandeza; -----

4 – Porque as taxas de ocupação de feiras e mercados representam um valor irrisório nas receitas globais da Câmara: aproximadamente 0,2%. -----

5 – Porque isentar ou reduzir taxas municipais é da exclusiva competência do Executivo; -----

---- Os Vereadores propõem em alternativa aos 50% de isenção para os meses de outubro, novembro e dezembro, a **total isenção para os meses de setembro, outubro, novembro e dezembro.**” -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA DE RATIFICAÇÃO A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.02 – RATIFICAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – DEVOLUÇÃO DE TAXAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE VENDEDOR DO MERCADO MUNICIPAL MANUEL PRAZERES DURÃO. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 51775**, datado de **2020.09.16**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.09.07, comunicando, a este órgão deliberativo, a deliberação tomada relativa à matéria em epígrafe, nos termos do n.º 3, do artigo 2.º, da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Relativamente ao assunto designado em epígrafe, no seguimento da informação registada sob o n.º 28.561/2020, do **Setor de Metrologia, Cemitério e Licenciamentos não Urbanísticos**, foi apreciada a informação, datada de 30 de junho de 2020, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, que a seguir se

transcreve: “A proposta apresentada não observa o princípio da igualdade, bem como o decorrente da especialização do exercício. Deste modo, os operadores do mercado que promoveram o pagamento antecipado são prejudicados face aos restantes, porquanto apenas têm este benefício no próximo ano económico, sendo de realçar que, esta isenção deve ser imputada ao exercício em curso, em cumprimento do princípio da especialização do exercício.

---- Acresce reforçar que, o princípio da isenção proposta, decorre da verificação de um período de inatividade e de mitigar o impacto económico decorrente do Estado de Emergência nos operadores, pelo que é nesta fase, que a isenção pelo seu impacto ao nível da liquidez, se reporta como oportuna e não um ano mais tarde. Consequentemente, face ao exposto, será premente promover a aplicação da isenção ao universo dos operadores, particularmente aos que já pagaram por antecipação o período, promovendo-se o reembolso do montante proporcional ao deliberado. -----

---- À Consideração Superior. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA DE RATIFICAÇÃO A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.03 – RATIFICAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS – APOIO MUNICIPAL COVID-19. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 52958**, datado de **2020.09.22**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.09.21, comunicando, a este órgão deliberativo, a deliberação tomada relativa à matéria em epígrafe, nos termos do n.º 3, do artigo 2.º, da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apreciada a informação registada sob o n.º 26.287/2020, da **Divisão de Ambiente e Sustentabilidade**, a colocar a decisão superior, os pedidos de isenção do pagamento de taxas inerentes a esplanadas, toldos e reclames publicitários, conforme tabela a seguir transcrita: -----

ID (plataf.)	Nome/ Denominação	N.º de Contribuinte	Tipo	Taxa de publicidade	Taxa de toldos	Taxa de esplanadas	Nº Licença	Localização
8	Simbologia - Comércio de Vestuário Lda	506787443	Locatário	Sim	Não	Não	78/2010	39.656053065362045,- 8.576751165103905
7	António Nunes Coelho	168125250	Proprietário	Não	Sim	Não	178	39.6319698928831,- 8.677535168838494
6	Imperhotel	504360132	Proprietário	Sim	Não	Não	89/2018	39.63211655907937,- 8.666859976959222
5	Café central de Ourém,lda	503015334	Proprietário	Não	Sim	Sim	25/03/1953	39.656384497702255,- 8.57675384731292
4	HOTEL TRÊS PASTORINHOS, S.A.	500742162	Proprietário	Sim	Não	Não	1176	39.62976986262664,- 8.678339831542961
3	Hotel Estrela de Fátima	500214808	Proprietário	Sim	Não	Não	144/2019 e 1/2005	39.629259610873135,- 8.673710338783257
1	Cascata Peculiar Unipessoal Lda.	515410179	Proprietário	Sim	Não	Não	nº de processo: 678454; pedido 33508/2019 e 33509/2019	39.657020254822676,- 8.575439229619496
9	Santo António de Fátima - Empreendimentos Hoteleiros, Lda	508827108	Proprietário	Sim	Não	Não	39	39.63262885546577,- 8.67640864105224

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA DE RATIFICAÇÃO A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.04 – RATIFICAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – MEDIDAS DE APOIO – COVID-19 – FAMÍLIAS E EMPRESAS. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 52959**, datado de **2020.09.22**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.09.21, comunicando, a este órgão deliberativo, a deliberação tomada relativa à matéria em epígrafe, nos termos do n.º 3, do artigo 2.º, da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a informação registada sob o n.º 49.184/2020, da **Divisão de Ambiente e Sustentabilidade**, a apresentar listagens dos munícipes/empresas, que solicitaram apoio no pagamento das tarifas cobradas na faturação da Be Water, S.A., no âmbito das medidas designadas em epígrafe, cujo montante se cifra em 279,28€. -----

---- O **Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência**, exarou no processo uma informação, datada de 04 do mês em curso, a propor a aprovação da despesa em referência, que se enquadra nas medidas de apoio COVID-19, implementadas pelo Município. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA DE RATIFICAÇÃO A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS. -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.05 – RATIFICAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROPOSTA DE REFORÇO DE MEDIDAS DE APOIO A FAMÍLIAS, EMPRESAS, ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL – COVID-19. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 8076**, datado de **2021.02.04**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.02.01, comunicando, a este órgão deliberativo, a deliberação tomada relativa à matéria em epígrafe, nos termos do n.º 3, do artigo 2.º, da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No âmbito do assunto mencionado em epígrafe, foi apreciada a informação registada sob o n.º 5244/2021, do **Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência**, cujo teor foi retificado e apresentado, na presente reunião, pelo **Senhor Presidente**, conforme se passa a transcrever: “Atendendo ao agravar da situação pandémica que vivenciamos, considera-se necessário proceder ao reforço, em complemento das medidas anteriores e dos apoios governamentais, de algumas medidas dirigidas às famílias, instituições de cariz social, associações e empresas. -----

---- **Medidas de Apoio Propostas:** -----

---- **Medidas destinadas às Famílias e IPSS** -----

---- Famílias -----

- O Pagamento de 100% da fatura da água, saneamento e RSU, para as famílias com tarifas sociais, enquanto se mantiver o estado de emergência -----
- O Pagamento de 100% das tarifas fixas da água, saneamento e RSU, para as famílias numerosas, enquanto se mantiver o estado de emergência -----
- O Pagamento de 100% das tarifas fixas da água, saneamento e RSU, para as famílias com um rendimento per capita inferior a 1,5 IAS, enquanto se mantiver o estado de emergência -----
- A Atribuição de apoios de emergência, após aprovação das normas em reunião de Câmara -----

- A Disponibilização de apoio psicológico em caso de necessidade (Pedido através da Plataforma e/ou Telefone). -----
- Linhas de apoio: -----
 - COVID-19 | 249 070 300 -----
 - Ação Social | 913521705 -----
 - Apoio à Vítima de Violência Doméstica | 917260648 -----
 - Apoio Psicológico | 969233318 -----
 - Proteção Civil | 932252978 -----
- O reforço do levantamento, em articulação com as IPSS, juntas de freguesia e forças de segurança, dos idosos isolados sem suporte familiar, assim como de pessoas e/ou famílias em situação de vulnerabilidade, mantendo-se o contacto periódico com os mesmos. Serão efetuadas visitas periódicas, em caso de necessidade, para proceder à aquisição de produtos alimentares e farmacêuticos. -----
- O fornecimento, em regime de takeaway e/ou cabazes, das refeições a todos os alunos de escalão A e B que necessitem e o pretendam, durante o período de encerramento das escolas (Efetuado o levantamento em parceria com os Agrupamentos); -----
- O fornecimento de refeições aos sem Abrigo; -----
- Distribuição de Hotspots alunos carenciados; -----
- Redistribuição de computadores (PC adquiridos no ano anterior) -----

---- Famílias/IPSS -----

- A atribuição de um apoio para as mensalidades normalmente pagas pelos Pais e Encarregados de Educação (PEE) pelo serviço AAAF, CAF e Creche, nos dias em que exista encerramento forçado, e pelo período mínimo de 15 dias, consecutivos. Opções de apoio, consoante a entidade adira, ou não, ao layoff simplificado: -----
 - Não adere ao layoff - O valor normalmente pago pelos PEE, neste período, será participado em 75% pelo Município, não podendo a instituição cobrar mais de 10% aos PEE. -----
 - Adere ao layoff – O Município suporta 100% da componente salarial que cabe à instituição, de acordo com as regras definidas para o layoff. A este valor acresce

um apoio de 5% do valor da massa salarial, dos trabalhadores. Neste caso a entidade não pode cobrar qualquer valor aos PEE pelo Serviço prestado neste período. -----

- O valor da comparticipação do município referente ao prolongamento das AAAF será mantido, nos dias/meses em que exista encerramento forçado. -----
- Continuação da distribuição de EPI's - Máscaras FFP2 (30 000) -----

---- **Medidas de apoio ao Associativismo, Cultura e Desporto** -----

- Será antecipado o pagamento da primeira tranche do subsídio de apoio ao Associativismo. -----
- Dinamização, Online de atividades desportivas; -----
- Dinamização, Online de atividades culturais – Museu, Biblioteca, -----

---- **Medidas de apoio às Empresas** -----

- A isenção de pagamento de taxas das esplanadas durante o ano de 2021, para empresas com sede no concelho de Ourém -----
- A isenção de pagamento das taxas de toldos, para empresas com sede no concelho de Ourém, no ano de 2021 -----
- A isenção de pagamento das taxas de reclames, para empresas com sede no concelho de Ourém, no ano de 2021, com exceção dos casos em que se trate de exploração de publicidade -----
- A isenção do pagamento de terrados no mercado de Ourém, nos meses em que estiverem impedidos de exercer atividade, por força da pandemia -----
- A isenção do pagamento de rendas, nos espaços arrendados pelo município, para atividades que estejam encerradas por força das medidas implementadas pelo governo, sendo o cálculo efetuado ao dia -----
- O Pagamento de 100% das tarifas fixas da água, saneamento e RSU, nos meses em que estiverem encerradas, para as empresas, com sede no concelho, que tenham, por força da pandemia, de encerrar durante este período – **Candidatura** -----

- Em fevereiro serão apresentadas e implementadas, medidas adicionais de apoio dirigidas aos setores de atividade mais atingidos pelo impacto da pandemia (com uma redução de faturação superior a 50% em 2020, comparativamente ao ano de 2019); ----
- Ainda em fevereiro será também apresentada e implementada uma estratégia de incentivo à retoma da hotelaria. -----

---- **Outras** -----

---- Testagem regular aos funcionários do município”. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA DE RATIFICAÇÃO A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.06 – RATIFICAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – REGISTO N.º 7614/2021 – PEDIDOS DE ISENÇÃO DE TAXAS. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 10922**, datado de **2021.02.17**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.02.15, comunicando, a este órgão deliberativo, a deliberação tomada relativa à matéria em epígrafe, nos termos do n.º 3, do artigo 2.º, da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “O **Setor de Metrologia, Cemitério e Licenciamentos não Urbanísticos**, prestou a informação registada sob o n.º 7614/2021, a colocar a decisão superior, pedidos de isenção do pagamento de taxas, inerentes a esplanadas, toldos e publicidade, das firmas que identifica. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA DE RATIFICAÇÃO A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.07 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS – PROCESSO N.º 319/2019 – ASSOCIAÇÃO DE CULTURA E RECREIO DOS TOUCINHOS. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 7850**, datado de **2021.02.04**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.02.01, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, autorização para isentar a Associação de Cultura e Recreio dos Toucinhos, do pagamento do valor de 742,97 euros, relativo ao processo n.º 319/2019, de que é titular. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 73.656/2020, da **Associação de Cultura e Recreio dos Toucinhos**, sediada na Rotunda da Capela, n.º 12, em Toucinhos, da Freguesia de Alburitel, deste Concelho, a solicitar a isenção das taxas e a devolução do valor, já pago, correspondentes ao processo n.º 319/2019 (alteração/ampliação de um edifício destinado a equipamento de cultura e recreio), de que é titular. -----

---- Ouvida sobre o assunto a **Divisão de Urbanismo e Território** prestou a informação registada sob o n.º 2013/2021, a dar conta de que o valor a isentar é de 742,97€ e de que a requerente efetuou o pagamento de 202,60€, aquando a entrega do processo. -----

---- Do processo faz ainda parte a informação registada sob o n.º 2586/2021, da **Chefe da Divisão de Urbanismo e Território**, a deixar à consideração superior a decisão a tomar.” -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.08 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – TEJO AMBIENTE – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO MÉDIO TEJO, E.I.M., S.A. – CONTRATUALIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 10983**, datado de **2021.02.17**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.02.15, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea f), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada), autorização para contratualização dos empréstimos em causa, por parte da empresa Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M., S.A.. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Relativamente ao assunto designado em epígrafe, no seguimento da carta registada sob o n.º 9237/2021, da **Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M., S.A.**, com sede no Edifício Paço do Conde, na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, nesta cidade, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** prestou a sua informação n.º 9/2021, de 10 de fevereiro em curso, que na presente reunião foi apreciada e que a seguir se reproduz na íntegra: “A entidade intermunicipal Tejo Ambiente solicita autorização ao acionista Município de Ourém (detém 32,37% do capital) no âmbito da contratualização de empréstimos bancários. -----

---- Observando o reporte remetido pela entidade em assunto constata-se: -----

- ----- Volume de empréstimos de médio longo prazo com valor já definido até ao limite de 6.235.000,00€; -----

- ----- 1.480.000,00€, por período de 20 anos, consignado a “Investimentos para Gestão Inteligente de Recursos Hídricos” – investimento cofinanciado pelo POSEUR; -----
- ----- 1.600.000,00€, por período de 20 anos, consignado a “Investimentos de Fecho de Sistemas de Saneamento de Águas Residuais no Concelho de Ourém” – investimento cofinanciado pelo POSEUR; -----
- ----- 1.690.000,00€, por período de 20 anos, consignado a “Investimentos de Fecho de Sistemas de Saneamento de Águas Residuais no Concelho de Tomar” – investimento cofinanciado pelo POSEUR; -----
- ----- 980.000,00€, por período de 20 anos, consignado a “Investimentos de Fecho de Sistemas de Saneamento de Águas Residuais no Concelho de Ferreira do Zêzere” – investimento cofinanciado pelo POSEUR; -----
- ----- 485.000,00€, por período de 20 anos, consignado a “Investimentos de Fecho de Sistemas de Saneamento de Águas Residuais no Concelho de Sardoal” – investimento cofinanciado pelo POSEUR. -----

---- Empréstimos de médio longo prazo em contratualização -----

---- O montante global de empréstimos requerido ascende a 6,235 milhões de euros, tendo um prazo de 20 anos, sendo consignado a investimento com financiamento externo decorrente do POSEUR (conforme documentos anexos ao processo). -----

---- O prazo dos empréstimos a contratualizar observa o limite temporal legalmente definido (20 anos) e não excede a vida útil do respetivo investimento a que este está consignado. -----

---- Nos termos do artigo 41º da Lei 50/2012, os empréstimos contraídos pelas empresas locais, bem como o endividamento líquido das mesmas, relevam para os limites de endividamento das entidades públicas participantes, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas, conceito definido no artigo 40º do mencionado diploma. -----

---- Deste modo, caso a entidade apresente contas equilibradas (nos termos do artigo 40º da Lei 50/2012), os empréstimos em causa não relevam para os limites de endividamento do Município de Ourém. Em caso de incumprimento do referido equilíbrio, considerando a percentagem de participação do Município de Ourém no capital da referida entidade, estes

empréstimos imputarão um valor de 2.018.269,50 euros ao cálculo do endividamento desta autarquia. -----

---- A contratualização dos empréstimos em assunto pela empresa Tejo Ambiente está sujeita à autorização dos órgãos dos seus acionistas, no caso concreto do Município de Ourém, carece da autorização órgão executivo (câmara municipal) e do órgão deliberativo (assembleia municipal). -----

---- À consideração superior. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.09 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ADENDA AO PROTOCOLO COM A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDEMARIA E OLIVAL – CAMINHOS VICINAIS E RECURSO HUMANO. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 10919**, datado de **2021.02.17**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.02.15, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada), autorização para apoiar financeiramente a União das Freguesias de Gondemaria e Olival, através da celebração da citada adenda ao protocolo. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Relativamente ao assunto supra mencionado, no seguimento da carta registada sob o n.º 69.259/2020, da **União das Freguesias de Gondemaria e Olival**, com sede na Rua da Fonte, n.º 13, em Olival, deste

Concelho, o **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, colocou à consideração superior proposta de adenda ao protocolo, celebrado a 10 de maio de 2018, que consiste na alteração ao ponto 1, da cláusula 2.^a, que passa a ter a seguinte redação: “1. O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 31.016,00 euros para o ano de 2021, dos quais 8.616,00 euros se consignam ao domínio dos caminhos vicinais e 22.400,00 euros destinados ao financiamento de dois recursos humanos. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- Seguidamente, o membro da Assembleia Municipal, senhor FERNANDO DE OLIVEIRA FERREIRA, na qualidade de Presidente da União de Freguesias de Gondemaria e Olivel, apresentou a seguinte declaração de voto: “Bom dia a todos -----

Cumprimento o senhor Presidente da Mesa, -----

Cumprimento o senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Cumprimento os restantes membros da Assembleia Municipal e senhores vereadores -----

Cumprimento todo o público do nosso concelho que está a assistir à sessão -----

Agradeço ao executivo municipal a adenda que foi feita ao protocolo com a Freguesia de Gondemaria e Olival, mas continuo a considerar que as freguesias agregadas continuam prejudicadas com o pagamento de um trabalhador por freguesia pois, na prática, temos duas freguesias a cuidar. -----

Muito obrigado” -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.10 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2021. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 10916**, datado de **2021.02.17**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.02.15, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea o), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada), a apreciação e votação da proposta em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentado o despacho, registado sob o n.º 9030/2021, do **Senhor Presidente da Câmara**, referente à 1.ª alteração do Mapa de Pessoal para o corrente ano, que propõe as seguintes situações: -----

- - Criação de 2 Postos de Trabalho de Especialista de Informática do Grau 1, a afetar à Divisão de Recursos Humanos e Informática, cujas funções correspondem às do posto de trabalho com o código DRHI/SI-02, a prover por mobilidade intercarreiras, com efeitos previstos a 01/10/2021; -----
- - Extinção de um Posto de Trabalho de Assistente Técnico, afeto à Divisão de Urbanismo e Território, com o código DUT/SAA-01 e com encargos previstos a 01/06/2021, por se considerar desnecessário, atendendo ao facto que se ter colmatado essa necessidade por mobilidade; -----
- - Criação de um Posto de Trabalho de técnico superior, afeto à Divisão de Ação Cultural, com o código DAC/SBM-06, por extinção de um com o mesmo grau de complexidade funcional que estava previsto com o código DAC/SBM-01. Esta situação não tem qualquer implicação financeira, pois a data da produção de efeitos do posto de trabalho a criar, mantém a mesma previsão do extinto, que é 01/07/2021. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.11 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – REFORÇO DAS MEDIDAS DE APOIO A FAMÍLIAS NO ÂMBITO DA PANDEMIA COVID-19 – PROPOSTA DE NORMAS. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 11070**, datado de **2021.02.18**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.02.15, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada), e bem assim do artigo 35.º, Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, a apreciação e votação da matéria em epígrafe. ----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Sobre o assunto acima referenciado, o **Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência** prestou a informação registada sob o n.º 8833/2021, que na presente reunião foi apreciada e que a seguir se reproduz na íntegra: “Com o agravamento do fenómeno pandémico provocado pela doença covid19 emerge a necessidade de proteger todos aqueles que se encontrem em situação de vulnerabilidade no contexto complexo e difícil que todos vivemos. -----

---- Importa prevenir as consequências económicas e sociais que, potencialmente, afetarão os nossos municípios. Com o previsível aumento do desemprego e diminuição dos rendimentos, associados a um contexto altamente imprevisível e volátil, as famílias poderão sentir problemas de liquidez. Esta condição deverá ter impacto na capacidade para o pagamento de algumas despesas regulares, essenciais para a manutenção de condições de vida dignas. -----

---- Entende-se como necessário a criação de um pacote de medidas excecionais e temporárias de apoio às famílias que, por via da redução de rendimentos, se encontrem em dificuldades socioeconómicas. Estas medidas não se sobrepõem às medidas excecionais adotadas pelo governo e colocadas em prática pela Segurança Social. -----

---- Assim, e atendendo ao disposto no artigo 4º da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, na sua redação atual, que atribui ao Presidente da Câmara a competência para adoção de medidas de

apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade motivada pela Pandemia Covid19, propõe-se ao Sr. Presidente que seja criado um mecanismo de apoio às famílias em situação de vulnerabilidade, **regido pelas normas em anexo**, disponibilizando, nesta fase inicial um montante de 75 mil euros, podendo o mesmo ser posteriormente reforçado em caso de necessidade e de acordo com o evoluir da situação. -----

---- À consideração superior,”. -----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 10 do corrente mês, a dar conta de que a despesa emergente das referidas normas de apoio às famílias, tendo por premissa um valor inicial previsto de 75 mil euros (passível de reforços prévios, caso, em execução, se denote a sua insuficiência), dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se os pedidos de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **PAULA CRISTINA DE OLIVEIRA MARTINS**, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “O senhor Presidente na comunicação que fez, fazendo referência que, no início de março, tivemos noção de que o concelho de Ourém seria um concelho problemático, no que diz respeito à propagação do vírus e referiu, cito o que disse “*tivemos bem a noção de que esta pandemia teria um impacto grande nas pessoas e nas empresas*”. ---

A minha questão, pergunto ao senhor Presidente porque levou tanto tempo a avançar com este pacote de medidas para as famílias que, já desde março/abril, começaram a sofrer o impacto desta pandemia, quando já tinha consciência e quando os vereadores do PS já tinham alertado, há muito, que havia necessidade deste apoio. -----

Tínhamos sido classificados no relatório de contas que o Município de Ourém era o Município que tinha gasto menos ou tinha menos medidas de apoio com a população ourensense. -----

Porque razão levou tanto tempo, porque só agora surge este pacote de medidas. As famílias já estão em sofrimento, desde abril/maio, e só agora, passado quase um ano, apresenta este pacote. -----

Alerto para o seguinte. Da análise que fiz das medidas, essencialmente de apoio às famílias, há aqui uma questão que deixo um alerta. O nosso concelho é o segundo concelho do distrito com mais população estrangeira. Nas medidas há um requisito que é “*ter autorização da presidência*”, muito bem, concordamos com tudo isso, mas atenção, tendo um grupo de pessoas inscritas, sabemos que existem no nosso concelho e temos também um conjunto de pessoas que nem sequer estão registadas, mas estão a viver no nosso concelho. Como resolvemos este problema? Isto está pensado? É apenas um alerta. Essas pessoas são famílias completas, com crianças. Deixo este alerta. -----

Agradeço a atenção” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Não é fácil, por vezes, fazermos estas normas, tendo de ser bem ponderado, idealizado e ter orçamento para isso. -----

Aprovamos o orçamento para 2020 em 2019, não tínhamos a pandemia e não havia qualquer valor para este tipo de atividade, nem sequer tínhamos rubrica aberta para apoios imprescindíveis para o efeito. Quando idealizámos o orçamento para 202, aí sim, já sabíamos ao que vínhamos e programamos esta situação. -----

A título de informação, conheço mais três ou quatro municípios que estão a ter este tipo de iniciativas. Aqui, bem perto nós, Pombal também vai levar à Assembleia Municipal um pacote de medidas exatamente igual ou parecido a este que estamos agora aqui a apoiar; Batalha exatamente a mesma situação, estando a trabalhar neste sentido; Leiria também aprovou recentemente, em sede da Assembleia Municipal, medidas de apoio. -----

Não me parece que a nossa situação, em termos temporais, esteja desfasada com aquilo que está a acontecer em todo o país porque, infelizmente, estamos a falar de entidades privadas, há regras que têm de ser cumpridas a que estamos sujeitos e às quais não pudemos nem queremos fugir, por isso, entendemos ser esta a altura, a mais importante e a mais correta para lançar este tipo de medidas.” -----

= **ORLANDO SÉRGIO PLAMEIRO CALADO CAVACO**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Urqueira, expôs o seguinte: “Estamos aqui a falar em medidas tardias e desfasamentos temporais. -----

Gostaria de lamentar uma situação que todos nós, autarcas, passamos há pouco tempo, o próprio governo prometeu, em abril do ano passado, computadores para todos os alunos,

todos, e, há duas ou três semanas, nós, autarcas, fomos confrontados com pais que não tinham PCs, pais que não tinham material informático. Estamos a falar de um processo de abril do ano passado. Isto, é o que eu considero tardio. Isto sim.” -----

= **HELENA SANTOS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Apenas gostaria de comentar a intervenção anterior -----

Existem muitas pessoas que residem no nosso concelho, que estão legais, mas que ainda não têm título de residência. -----

Não sei se tem conhecimento, mas as pessoas que estão aqui a trabalho, dão entrada de um pedido de manifestação de interesse no SEF mas, neste momento, as vagas no SEF não existem, estando muitas pessoas à espera de uma vaga que não têm. As pessoas consideram-se legais só com um simples título de manifestação de interesse feito no Portal. -----

Há que ter em conta esta situação porque há, no concelho, muitas pessoas com estes pedidos pendentes que estão legais, mas que não têm título efetivo. -----

Relativamente às questões das empresas, perguntava se as empresas previstas para estes tipos de apoio que o senhor Presidente tem aqui em mão, é relativamente às empresas que estão aqui com este CAE ou estão previstas empresas que sofrem com os efeitos da pandemia, nomeadamente, todo o comércio local e, estamos a falar de lojas que vendem todo o tipo de produtos, e também cabeleireiros e estéticas que têm os estabelecimentos encerrados devido à pandemia. -----

Obrigada” -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Bom dia a todos mais uma vez -----

Tenho aqui algumas perguntas no âmbito deste novo plano, ou do primeiro plano apresentado agora pelo executivo municipal. -----

Se há uma coisa que não gosto muito, é focarmo-nos nos casos negativos. Acho que o que faz sentido é procurarmos os casos positivos. -----

O senhor Presidente de Câmara focou três ou quatro câmaras que agora estavam a lançar os planos. Vou dar o exemplo de Matozinhos que tem um fundo municipal aprovado desde maio do ano passado. estes casos é que eu gosto, estes casos que correm bem, e não é focar nos casos negativos. Estivemos mal, mas também há quem esteja mal. Acho que o caminho é pelos casos positivos e não pelos negativos, na minha humilde e modesta opinião. -----

Não vai haver da parte do Partido Socialista qualquer voto contra estas medidas. Nós, no máximo, pudemos considerar que precisavam de correções ou que são insuficientes. -----

Gostaria de colocar algumas pequenas perguntas técnicas sobre a questão do apoio sobre as 10001. -----

Gostaria de perguntar ao senhor Presidente de Câmara se faz ideia da percentagem de turistas portugueses nas dormidas em Fátima. -----

Sabe também qual é a percentagem das reservas individuais das dormidas em Fátima. -----

Acha que o voucher de dez euros, que estes turistas que durmam duas noites em Fátima tiverem direito, vai ser usado de maneira equitativa em todos os restaurantes do nosso concelho, ou seja, em todas as zonas do nosso concelho. -----

Eram estas as três perguntas que gostava de lhe fazer” -----

= **AVELINO DA CONCEIÇÃO SUBTIL**, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Sr. Presidente, -----

Começo por exprimir a minha congratulação e de todo o Grupo do PS pela apresentação desta proposta de apoio ao tecido empresarial do concelho nas áreas de atividade mais afetadas pela pandemia, no âmbito do denominado “Pacote de apoio às empresas do concelho de Ourém”. --

Sr. Presidente, este Pacote representa o reconhecimento da justeza e acerto das posições assumidas pelos vereadores do Partido Socialista que há vários meses vinham defendendo um adequado apoio às famílias e empresas do concelho de forma a atenuar as dificuldades provocadas pelo COVID-19. -----

Relativamente à proposta “A - NORMATIVO PARA APOIOS DIRETOS ÀS EMPRESAS DO CONCELHO DE OURÉM NO ÂMBITO DO COMBATE AO IMPACTO DA PANDEMIA COVID-19, gostaria de obter o esclarecimento por parte de V. Exa sobre o enquadramento dos empresários em nome individual. -----

No ponto 2 do I - Objeto e âmbito da proposta, está expresso que “*Este normativo abrange todas as empresas e empresários em nome individual*” com os CAE discriminados. -----

Por sua vez, no n.º III., da alínea c) do n.º 1 do III - Pedidos de apoio, exige-se como *um dos documentos que deverão acompanhar os pedidos “Declaração do contabilista Certificado (CC)*

ou Revisor Oficial de Contas (ROC) para efeitos de demonstração e comprovação dos critérios de elegibilidade nos termos da alínea e) e f) do II – Condições de elegibilidade”. -----

Como o sr. Presidente bem sabe, um grande número de Empresários em Nome Individual não é obrigado a apresentar contas elaboradas por CC e muito menos certificadas por ROC. -----

Os setores da restauração e do comércio a retalho, nomeadamente de artigos religiosos, dos mais afetados pela pandemia, registam um elevado número de ENI. -----

Assim, agradeço que esclareça se a exigência desta declaração visa excluir deste apoio os ENI sem contabilidade organizada de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística” -----

= **MARTIM JOSÉ ROSADO BORGES DE FREITAS**, na qualidade de representante do grupo municipal CDS-PP, expôs o seguinte: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ourém -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourém -----

Exmos. Senhores Vereadores, -----

Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal, -----

Exmos. Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia e demais autarcas, -----

Exmas. Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas -----

Exmos. Representantes das Associações Cívicas, Desportivas, Recreativas, Culturais e Empresariais, -----

Exmos. Senhores Funcionários, -----

Exmos. Convidados, -----

Exmos. Senhores representantes dos órgãos de comunicação social, -----

Minhas Senhoras, -----

Meus Senhores, -----

Em nome do CDS-PP, gostaria de me congratular com o novo pacote de medidas de apoio às Famílias em situação de vulnerabilidade e de apoio às Empresas, existentes e a criar, recentemente lançado pelo Executivo Municipal no âmbito da pandemia que estamos ainda a viver em Portugal e no Mundo. -----

Os apoios ao impacto da pandemia constituem uma matéria que deveria ser consensual entre todos nós. Se a questão social foi sempre um assunto que nos preocupou desde o início, a verdade é que sempre acreditámos que este flagelo sanitário haveria de passar rapidamente e

que, face ao primeiro confinamento de há um ano, Portugal haveria de recuperar rapidamente. Se não tivesse sido essa a percepção de todos, o próprio Governo do país não teria falhado rotundamente no planeamento - que não fez - sobre a evolução da pandemia nem sobre o combate que haveria de ter sido feito ao seu impacto junto das pessoas, famílias e empresas. Vir, agora, o PS dizer que as medidas que o Executivo Municipal adoptou e aqui nos vem propor chegam com um ano de atraso só pode ter um efeito *boomerang*: de facto, é fácil acertar no totoloto à segunda-feira! -----

Portanto, ao contrário do que acontece com o PS, que afirmou publicamente que este segundo pacote de medidas de apoio, repito, segundo pacote de medidas de apoio, chega tarde, para nós, para o CDS-PP, nunca é tarde para se apoiar as pessoas, as famílias, as empresas. Sublinho: não sendo assistencialistas e considerando que os problemas das pessoas, das famílias e das empresas não devem ser resolvidos através de subsídios ou despejando-lhes dinheiro para cima, para o CDS-PP nunca é tarde para as apoiar. -----

Mas ainda no que se refere aos apoios a famílias e empresas, disse o PS que – e passo a citar – ‘...continuamos a achar estas medidas pobres, envergonhadas e reveladoras da enorme dificuldade que o executivo tem manifestado em abrir os cordões à bolsa ...’ -----

Senhor Presidente -----

Minhas senhoras, meus senhores, -----

Como pode o PS vir aqui falar da enorme dificuldade que o Executivo Municipal tem manifestado em abrir os cordões à bolsa quando sabe, por experiência vivida, de que foi promotor, de que de nada serve abrir os cordões à bolsa se lá dentro, na bolsa, não houver dinheiro? É que o PS, como, aliás, tive oportunidade de referir na minha anterior intervenção sobre a sustentabilidade financeira do Município, não pode vir aqui querer ‘sol na eira e chuva no nabal’. A menos, claro, que queira voltar ao ‘antigo normal’, aceitando, sem mais, que a dívida é, por definição, para não se pagar...! -----

Senhor Presidente, -----

Minhas senhoras, meus senhores -----

Ainda no que diz respeito às empresas, em Junho do ano passado, o CDS foi mais longe e sugeriu, para um quadro pós-pandemia – tão longe estávamos do confinamento que estamos

hoje a viver – que devêssemos ponderar sobre o destino a dar aos apoios que virão da União Europeia para Portugal. Estes apoios, que não virão somente para Portugal, são apoios que vão também ser atribuídos a todos os Estados-membros, cujas empresas e consumidores também vão ser compradores e clientes de empresas portuguesas, podendo, nomeadamente, vir a sê-lo de empresas sediadas ou a sediar em Ourém. Independentemente, pois, destes apoios concretos que estamos hoje a aprovar aqui, o CDS insiste que é importante levar em linha de conta estes outros fluxos que, se forem devidamente monitorizados e acompanhados, poderão vir a beneficiar o tecido económico e empresarial ourense. Ou seja, pode e deve o Executivo gizar neste contexto também um outro tipo de apoios, até não financeiros, para que o dinheiro com origem na União Europeia faça com que empresas de outros Estados-membros possam vir comprar a Portugal e nomeadamente a Ourém. -----

Por fim, também em Junho de 2020, com as informações que íamos recebendo de boa parte dos operadores turísticos do concelho, pediu o CDS ao Executivo Municipal que apoiasse mais quem opera na área do turismo em Ourém. -----

Nesse sentido, o Programa de Dinamização do Turismo no Município através da Campanha das ‘10.001 noites’, constituindo uma iniciativa que corresponde àquele nosso apelo e sendo uma iniciativa que visa o relançamento da economia local e do seu tecido empresarial, merece, pois, o nosso total acolhimento. Mas merecê-lo-á totalmente se, à vantagem de não ser criada dívida, se lhe juntar a de serem alcançados todos os seus efeitos associados: os pensados e os desejados, pelos autores, pelos operadores e pelos consumidores. Em suma, por todos os potenciais beneficiários do Programa e da Campanha. -----

Disse.” -----

= **NUNO MANUEL PINTO DIAS**, em nome do grupo municipal Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia, e na sua pessoa cumprimento os membros da mesa, -----

Na pessoa do Sr. Presidente da Câmara cumprimento todo executivo municipal, -----

Um cumprimento ainda para todos os meus colegas e presidentes de junta, a Comunicação Social e o Público que nos acompanha online, e a todos faço votos de saúde e segurança. -----

Uma nota prévia à minha declaração política, em nome da bancada do PSD, gostaria de recordar, no seguimento da intervenção da senhora deputada Paula Martins, que volta a insistir na falácia do baixo investimento/gasto do Município quando, penso que já terá sido esclarecido, pelo senhor Presidente de Câmara, em sessão anterior, que ir ao portal base.gov e puser a palavra COVID não é suficiente, até pelo investimento efetuado via CIMT. -----

No seguimento das intervenções anteriores, gostaria de frisar que são novamente as autarquias chamadas a acudir às dificuldades dos seus cidadãos, substituindo-se aquilo que seriam obrigações do próprio Estado. -----

Há pouco, o meu colega Orlando falou dos computadores mas, pelo que se sabe, não é uma questão de orçamento, até porque havia apoio europeu para o facto, portanto, ainda haverá muito que esclarecer e terão, certamente, oportunidade de voltar a falar destes pormenores. ----

Declaração: Na ordem de trabalhos desta Assembleia é apresentado mais um novo pacote de medidas do foro municipal para mitigar o impacto da pandemia nas famílias e nos agentes económicos do nosso concelho. -----

Antes de tudo, a bancada do PSD considera importante tecer as seguintes algumas considerações, que servem como ponto de princípio: -----

1.º O Município de Ourém tem sido incisivo e atempado na tomada de decisões no sentido de minorar os efeitos diretos e indiretos da pandemia; -----

2.º As consequências do COVID-19 não afetam todos por igual, atingindo pessoas e setores económicos de forma mais decisiva do que outros e os impactos por eles sentidos não ocorrem ao mesmo tempo, havendo a consciência de ter que haver, obrigatoriamente, critérios de proporcionalidade para as medidas tomadas e os seus momentos de implementação; -----

3.º As famílias e os agentes económicos assolados por estes efeitos não precisam só da coragem e da determinação na tomada de decisões para medidas de apoio, esperando igualmente que estes processos sejam desburocratizados, intuitivos, acessíveis e céleres, de modo a que esses apoios sejam reais e efetivos, de modo a suprirem as necessidades de hoje;

O executivo municipal tem norteado a sua ação política com estas premissas, destacando-se, numa primeira fase (e agora renovados), com as medidas muito importantes no apoio às IPSS's, com impactos diretos no rendimento das famílias no que diz respeito ao pagamento das AAAF's, CAF's e Creche, em que o Município participou uma grande parte do valor das

mensalidades no tempo em que as instituições estiveram fechadas, segurando os postos de trabalho e ao mesmo tempo aliviando os encargos das famílias durante o tempo em que o serviço não era prestado. -----

Outro extraordinário exemplo, em virtude deste segundo confinamento, traduz-se na definição e concretização de mais respostas perante situações de emergência e de comprovada vulnerabilidade das nossas famílias, passando a contemplar apoios no que concerne: -----

- Pagamentos de despesas no âmbito da saúde (a medicamentos e exames após receita médica); -----
- Liquidação de mensalidade no consumo de água, gás e eletricidade; -----
- Resposta na atribuição de bens alimentares e a bens de primeira necessidade; -----
- Apoio ao cumprimento de rendas de casa; -----
- Outras consideradas essenciais. -----

Além disso, o executivo em funções também materializa um apoio direto às empresas sediadas do concelho, que de acordo com o seu escalão de faturação definido, receberão um apoio diretamente proporcional à quebra de faturação ocorrida durante o ano de 2020. -----

Não obstante disto, os problemas não se esgotam no presente, e as recentes propostas de programas de apoio à retoma para os sectores relacionados com o canal horeca (com fortíssima implantação no nosso concelho), demonstram a visão e a lucidez do nosso executivo municipal. -----

Os incentivos à instalação de novos estabelecimentos comerciais, com a comparticipação no valor das rendas ou o já anunciado, (e desculpem-me a expressão), SUPER programa das 10001 noites com 10001 e vouchers para a restauração é bem demonstrativo de que há uma estratégia no que tange ao apoio municipal para o erguer deste setor económico. -----

Minhas senhoras e meus senhores, -----

Por último, voltando a corroborar esta importância sobre a execução dos apoios enunciados, é preciso transmitir a mensagem que as candidaturas já podem ser formalizadas através do site do Município, de forma fácil e rápida, prevendo-se que no próximo mês de março já se possam atribuir aqueles que foram os primeiros apoios enviados. Quanto aos programas de retoma,

serão abertas as inscrições em março para se iniciar a campanha a 1 de abril. Resumindo: os apoios vão chegar **IMEDIATAMENTE!** -----

Ex.mo Senhor Presidente, -----

Todos sabemos o que se passa na região, no país e mundo. Todos acompanhamos o que os outros Municípios fazem e o impacto que isso tem na vida das pessoas. -----

É justamente por isso que a bancada do PSD presta o devido e inteiro reconhecimento a V.^a Ex.^a e à sua equipa, porque o arrojo, profundidade e a força do pacote de medidas tomadas no nosso concelho já são apontados com um exemplo e uma referência regional e nacional, sendo divulgado e multiplicado em diversas plataformas e fóruns de grande renome nacional. -----

Tudo por nós e pelos Oureenses. -----

Um bem-haja.” -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Senhor Presidente, -----

Gostava de fazer uma intervenção para que fique aqui clara a posição do PS, porque a posição do PS não é a vontade que os senhores deputados do PSD quiserem ou o senhor deputado do CDS. -----

Nós tivemos a iniciativa de apresentar em sede de reunião de Câmara, em julho, por via da voz dos nossos vereadores, propostas nesta matéria. -----

Voltámos a apresentar uma proposta em concreto, em finais de setembro, sobre esta matéria. -

Voltou-se a discutir esta matéria, em reunião de Câmara, em novembro. O senhor Presidente da Câmara disse que estavam a ser tomadas medidas. -----

Aqui, na Assembleia Municipal, o senhor Presidente de Câmara disse, na sessão de ordinária de dezembro, que se estava a preparar um pacote e que a seu tempo diria. -----

Na Assembleia extraordinária de janeiro disse, dentro de dias vamos apresentar este pacote.

Apresentou este pacote agora. -----

Os senhores deputados do PSD até podem dizer os números que quiserem mas, perdemos seis meses porque esse pacote que nasceu entre novembro e janeiro poderia ter nascido entre julho e setembro. Agora, não vale a pena estar aqui a dizer que o pacote é mau porque ele é bom ou porque é bom porque é mau. Não. O pacote tem virtualidades que nós reconhecemos,

já foi aqui dito pelos senhores deputados municipais do PS, tem fragilidades que nós apontamos, tem dúvidas que se levantam e temos a esperança de que corra bem.

Queria aqui sublinhar que o senhor Presidente da Câmara já disse hoje aqui uma coisa que não é verdade. Eu não o interromper, mas agora aproveito para dizer. O Senhor Presidente da Câmara disse que o grande aumento da água se devia à negociação em 2014 por parte da Câmara do PS com a Veolia, mas não tem nada a ver com isso. A Veolia veio exigir 90% de aumento da água porque havia uma cláusula no contrato em 1996 que dizia que, quando havia a variação de caudais em 10%, havia que pagar indemnização à BeWater, e a Câmara nunca o tinha feito. Isso foi para Tribunal Arbitral, não foi o executivo do PS que decidiu nada, foi o Tribunal Arbitral e os senhores vereadores do PSD, na reunião de Câmara, não fizeram nenhuma declaração política sobre isso. Foi uma decisão do Tribunal Arbitral a que a Câmara Municipal do PS se opôs. Foi, por isso, que a água, hoje, tem esse preço, foi porque o contrato em 1996 foi mal feito. Está documentado, está na Câmara Municipal a ação, portanto, gostaria que isso fosse aqui repostos. E, não vale a pena entrar aqui em conflitos sobre coisas factuais. – O senhor Presidente de Câmara levou á reunião, e bem, um pacote e estamos preparados para votar a favor, com uma declaração de voto. -----

Estamos de acordo, nós faríamos outra coisa e iríamos um pouco mais além, mas, dentro daquilo que tínhamos proposto, sentimo-nos enquadrados, genericamente, por aquilo que o senhor Presidente levou à reunião de Câmara e que traz aqui a esta Assembleia Municipal.” ----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhor MARTIM JOSÉ ROSADO BORGES DE FREITAS, na qualidade de representante do grupo municipal CDS-PP, expôs o seguinte: “Pelos vistos fui pouco claro, há pouco, na minha intervenção. Quando disse que nunca é tarde para apoiar as pessoas, as famílias e empresas estava a referir-me a abordagens diferentes relativamente àquilo que o senhor deputado do PS acaba de dizer. Uma coisa é quando estamos em cenário de pandemia e a tentar acorrer à situação, que é o que acontece hoje. Outra diferente é o cenário de pós-pandemia. Ora, as propostas apresentadas pelo Partido Socialista há seis meses, foram-no para um cenário de pós-pandemia, já que, naquela altura, até de acordo com as informações do governo, estávamos já nesse cenário de pós-pandemia. O conjunto de medidas que agora estamos a aprovar é de natureza diferente e destina-se a famílias em situação de vulnerabilidade em cenário de plena pandemia, que é o actual. Portanto, dizer-se que já vêm tarde, não faz sentido nenhum! De resto, e infelizmente,

ainda vamos ter de discutir, futuramente, o cenário de pós-pandemia, aí sim, com novas medidas que, certamente, vão ser necessárias e onde as medidas propostas pelo PS podem eventualmente ser tidas em consideração. -----

Por isso, quando o CDS diz que nunca é tarde para apoiar as famílias, as pessoas e as empresas di-lo porque a realidade com que estamos a trabalhar é a actual, de plena pandemia, e não a futura, de pós-pandemia. Muito obrigado” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “A senhora deputada Helena Pereira fala-nos aqui dos imigrantes. Aproveito para dizer que existem outras entidades que têm obrigação também de fazerem face a esta situação, não só no nosso concelho, como também no distrito e no país. Nós temos, muitas vezes, substituindo-nos a essas entidades e iremos continuar a fazê-lo. Independentemente das pessoas terem título de residência, todas as que necessitem de apoio, serão apoiadas. E, dou um exemplo. Há cerca de um ano, tivemos uma situação gravíssima no nosso concelho, com cerca de cento e vinte pessoas completamente abandonadas num pavilhão. Outras entidades deveriam, porque era sua obrigação, fazer face ao problema que estava identificado, mas teve de ser o Município a levar comida e levá-las para o sítio que deveriam ter ido, resolvendo assim a situação. E, não andamos na praça pública a dizer ou a tirar fotografias porque estas situações precisam de recato. Uma outra situação. Temos apartamentos de emergência no nosso Município, hoje estão ocupados por duas situações que a Segurança Social pediu, porque era sua responsabilidade, para ocupar porque não tinham onde pôr as pessoas e colocaram-nas naqueles apartamentos. Isto para dizer que as pessoas, no nosso concelho, desde que tenhamos conhecimento, ninguém fica para trás, seja português ou estrangeiro. -----

O CAE. Penso que já está alterado. Efetivamente, havia essa falha e, hoje, aparece uma alínea que diz “outros CAE” e todos podem ser enquadrados. Que ninguém fique fora disso. É uma questão que está a ser resolvida. Era uma falha do regulamento e, todas as pessoas, podem, se assim o entenderem e reunirem as condições, apresentar a sua candidatura. -----

Ao senhor deputado Nuno Baptista. Colocou aqui a questão sobre a percentagem de turistas nacionais que, habitualmente, ficam em Fátima. de acordo com os dados do INE, em 2019, foram cerca de 30% os turistas nacionais que dormiram em Fátima, significando que 70% foram turistas estrangeiros. Como sabemos, o ano de 2020, por força das restrições do tráfego

aéreo, os estrangeiros não puderam vir como habitualmente vinham, nesse sentido, a indicação que tenho é que, em 2020, os turistas nacionais representaram 63% das dormidas que houve em Fátima, o que representa um acréscimo significativo comparativamente a 2019. Também por isso, esperamos que, este ano, possa ter mais um acréscimo por força deste incentivo que nós estamos a trazer. -----

Em relação ao voucher de restaurante. Este vai ser destinado aos restaurantes que aderirem à campanha e se inscreverem na plataforma, tendo apenas uma obrigação, que possam estar disponíveis para que, no futuro, possam participar em campanhas gastronómicas que iremos realizar, ainda este ano, se possível. Qualquer restaurante do nosso concelho pode aderir a esta campanha e as pessoas podem trocar o seu voucher nestes restaurantes aderentes. -----

Ao deputado Avelino Subtil. Fala de situações de obrigatoriedade dos contabilistas puderem ou não validar as despesas. As empresas com a contabilidade não organizada, não obriga a que o contabilista certifique, mas apenas que se responsabilize pelos dados que são enviados. Não é obrigatório pela lei ter um contabilista certificado, queremos apenas a responsabilização de alguém para que os documentos tenham a validade que devem ter. -----

Ao deputado Martim, agradeço as considerações, assim como ao deputado Nuno Dias. -----
Estes apoios na primeira fase e na segunda fase de confinamento. Tínhamos investido cerca de setecentos mil euros na primeira fase, agora é cerca de um milhão e duzentos mil euros com todos estes apoios, perfazendo um total de cerca de dois milhões de euros de apoios diretos no nosso concelho. -----

Relativamente à questão da água. Gostaria de dizer que quem trouxe a questão foi uma deputada do Partido Socialista. O esclarecimento que o senhor deputado deu agora, poderia ter dado à senhora deputada. O contrato é de 1996, tendo determinados pressupostos e, não disse nenhuma inverdade, em 2014 o Partido Socialista entendeu, de acordo com o Tribunal Arbitral, aumentar a água em 56%. Não disse nenhuma inverdade porque disse que foi no tempo do Partido Socialista.” -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhora PAULA CRISTINA DE OLIVEIRA MARTINS, expôs o seguinte: “Faço questão de voltar a falar nesta última abordagem sobre a água. Já é a segunda vez que o senhor Presidente induz que a deputada Paula Martins não está informada. Não me parece muito correto da parte do senhor Presidente. Obviamente tinha conhecimento da situação, mas continuo a perguntar, aquilo que estamos a

passar com a BeWate, porque razão não há uma tentativa de arranjar outras condições para a população. Deixo em aberto. -----

Relativamente às medidas COVID, gostaria de dizer o seguinte. Como já foi dito pelos deputados do PS, estamos de acordo com este pacote de medidas que são muito bem vindas. Relativamente aos assuntos pontuais que o senhor Presidente apresenta irei informar-me sobre uma das situações que apresentou e que não irei abordá-la aqui. -----

Relativamente aos apoios aos emigrantes, agradeço a intervenção da deputada Helena que veio ao encontro daquilo que eu queria dizer. Sem dúvida que há uma preocupação com a população emigrante, com estas famílias. O que deixei foi um alerta, parece não foi bem aceite, mas deixo um alerta para estas famílias que estão no nosso concelho e merecem ser apoiadas. O senhor Presidente disse que estas situações estão previstas, ainda bem que sim. -

Relativamente ao apartamento que tem pessoas emigrantes, espero que, de futuro, o senhor Presidente tenha uma posição diferente relativamente a isto porque as entidades públicas têm todo o interesse de resolver as situações da população, quer seja ela emigrante ou não, estando a passar por situações difíceis. O apartamento, ainda bem que tem e pode responder.

A Câmara recebeu alguns emigrantes, estrangeiros num programa específico CPR, com apoios específicos para apoiar as famílias por um período em que recebiam um montante significativo para apoiar e garantir que estas pessoas se tornassem autónomas. Como sabe, quando essas situações não acontecem retoma para o CPR que, por sua vez, quando o programa termina encaminha estas situações para esta entidade que volta a reencaminhar as situações para uma entidade pública que é a Segurança Social que tem responsabilidade em matéria de apoio a refugiados e pessoas que pedem proteção de asilo. Esse trabalho é feito e ninguém fica sem ser apoiado. Nem todos os emigrantes, nem todos os estrangeiros estão dentro deste programa. O que compete as estas entidades, como a Segurança Social, o papel dessas obrigações está feito porque isso é formalizado pelo CPR para estas entidades e quem está no terreno irá fazer o trabalho em articulação com os municípios, solicitando apoios de habitação ou outros que, no imediato, não se conseguem. Não é um passar de responsabilidade para ninguém. O dinheiro é público, é de todos, a intervenção é de todos. Não temos de apontar o dedo a A ou a B, temos de trabalhar em conjunto e responder pelo bem de todos os ourienses e por todos os estrangeiros que escolheram este concelho para viverem.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, expôs o seguinte: “Senhora deputada Paula Martins, agora não é o senhor Presidente de Câmara que lhe dirige a palavra é o Presidente da mesa da Assembleia. -----

A mesa da Assembleia e a condução destes trabalhos têm regras e tem um Regimento. E, já não é a primeira vez que a senhora deputada municipal tenta quebrar essas regras ao seu belo prazer, como benefício. Gostamos muito de a ouvir, tem toda a pertinência as observações que faz, os comentários e até algum conhecimento que possa adicionar até à própria Assembleia e a quem nos ouve, agora não se deve inibir de cumprir as regras como os outros cumprem, inscrever-se no momento certo. O senhor Presidente da Câmara depois responde. Excecionalmente há situações que depois volta a tomar da palavra e a senhora deputada até invocou e sugerido pelo senhor líder de bancada a defesa da honra, mas aquilo que fez não foi isso, não defendeu a honra, esteve novamente a falar de um assunto e que, se houvesse oportunidade, todos voltariam a falar sobre o assunto. Isto não são regras. -----

Como responsável pela direção dos trabalhos deixo-lhe aqui um apelo para que, da próxima vez, tenha em mais atenção os pontos da ordem de trabalhos, quando deve intervir e o momento que o deve fazer, respeitosamente.” -----

----- **NÃO SE REGISTRANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- De seguida, o membro da Assembleia Municipal, senhor NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, apresentou a seguinte declaração de voto: “Os deputados municipais do Partido Socialista, em consonância com os nossos vereadores, sempre foram favoráveis a um aumento muito significativo dos apoios municipais, a famílias e empresa no âmbito da Pandemia Covid19. ----- Criticámos violentamente o facto de o concelho de Ourense aparecer tristemente nos 20 municípios que menos gastaram com apoios à COVID 19, baseados num relatório do Tribunal de Contas (isto não são suposições, são factos) -----

Não foi ninguém do Partido Socialista do concelho de Ourense que proferiu, em plena Assembleia Municipal, a afirmação do género - Sou contra apoios ao consumo-, como se

estivéssemos a falar de uma época normal das nossas vidas, foi o Sr. Presidente da Camara Municipal de Ourem. -----

No Verão de 2020, os vereadores do Partido Socialista, lançaram o desafio para a criação de um fundo de emergência municipal. O Sr. Presidente de Camara só viu problemas nesta proposta, nomeadamente que “não tínhamos a noção do que demorava para aprovar um regulamento. O que muito possivelmente desconhecia é que havia enquadramento legal desde do dia 10 de Abril (!!!!) - lei 6/2020 e artigo 4º com destaque para o ponto 2 - onde diz que os apoios podiam ser concedidos independentemente de haver regulamento ou não! – Podemos por isso dizer que” a sua impreparação para o cargo e desconhecimento dos instrumentos para combate às dificuldades da população afetados pela pandemia, prejudicou muitos munícipes e principalmente os que mais precisavam -----

Devido a isso, executivo municipal apesar de reconhecer uma “*quebra bastante expressiva da atividade das empresas a partir do 2º trimestre de 2020*”, só 6 meses depois apresenta o reforço das medidas de combate à pandemia! É tarde! Quem perdeu foram os munícipes e as suas empresas, algumas em estado de agonia económica!!! -----

Obviamente que saudamos o facto de Executivo ter apresentado este reforço, que os vereadores do PS propuseram no verão passado e que o executivo deixou na gaveta até agora. -----

Algumas das medidas são positivas, nomeadamente a campanha das “*10.001 noites*”; que pode relançamento da economia local e que, acreditamos, se for bem divulgada, poderá ter um impacto positivo significativo no tecido empresarial do nosso concelho. No entanto esta medida tem pontos fracos, talvez por não ter tido em conta a opinião dos vários operadores do sector, senão vejamos: -----

- Incide somente em turistas nacionais, que são aproximadamente responsáveis por 30% das dormidas do concelho. -----

- Só abrange reservas individuais, que não são também as predominantes. -----

- Segundo os vários empresários do setor ouvidos pelo Partido socialista, o ano de 2021 e princípio de 2021, relativamente a férias e fins de semana dos portugueses, à semelhança do

que aconteceu em 2020, vão ser focalizadas na vertente praia e turismo rural, em nenhuma delas se engloba Fátima. -----

A oferta de um vale de € 10 para gastar a restauração por parte desses turistas, irá criar uma enorme desigualdade territorial no nosso concelho, porque obviamente a esmagadora maioria desses vouchers vão ser gastos em Fátima. -----

Porque não oferecer um voucher de € 10, a cada cidadão, maior de idade, residente no nosso concelho, para gastar nessa atividade, o que levaria a que todo o concelho fosse englobado da mesma forma? -----

No que se refere às famílias, temos mais do mesmo: 75.000 euros parece-nos manifestamente pouco para fazer face às “*despesas regulares, essenciais para a manutenção de condições de vida dignas*” como se refere no documento. -----

O Executivo prevê em orçamento gastar 750 mil euros, apenas 1,4% do total do orçamento 2021. O desafio lançado pelo PS, foi a aprovação um montante até 5% do orçamento, o que ultrapassaria a verba dos 2 milhões de euros. E que seriam inscritos em orçamento e não ficar à mercê da subjetividade de caso os 750 mil euros não fossem suficientes e assim numa gestão unipessoal através de modificações orçamentais, **justificando que o município possa e deva ir mais longe no apoio as famílias e empresários do concelho**, sob pena de Ourém continuar entre os municípios que, a nível nacional, menos ajudas disponibilizou às populações segundo dados do Tribunal de Contas.” -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.12 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – NORMAS DE APOIO PARA COMBATER O IMPACTO DA COVID-19 NAS EMPRESAS DO CONCELHO. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 11071**, datado de **2021.02.18**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.02.15, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada), e bem assim do artigo 35.º, Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, a apreciação e votação da matéria em epígrafe. ----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a informação registada sob o n.º 7064/2021, do **Gabinete de Apoio à Vereação**, a propor a intervenção do Município no apoio às atividades económicas mais atingidas pela pandemia do COVID-19, através da aprovação das normas que anexa, com base em três propostas, a saber: -----

- Apoio direto às empresas e empresários em nome individual; -----
- Apoio à instalação de novos estabelecimentos no Concelho; -----
- Apoio na retoma do turismo no Concelho. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** prestou a sua informação n.º 6/2021, de 08 de fevereiro corrente, que se reproduz na íntegra: “No que concerne às normas em assunto, serão de efetuar as seguintes observações/sugestões: -----

1 – Medidas dispostas no ponto A -----

---- Esta medida de apoio define um valor de referência a atribuir por aplicação de um coeficiente decorrente do decréscimo verificado na faturação ocorrida, sendo elegíveis as entidades com uma quebra verificada, em 2020, superior a 50%, face ao período homólogo anterior e cuja atividade esteja compreendida nos CAE’s identificados. -----

---- Verificando os CAE’s nela contidos, embora esta condição seja, expressamente, uma decisão que poderá ser definida e conseqüentemente direcionada em observância à política económica que o município pretenda estabelecer, em concreto, no que concerne ao reconhecimento específico das atividades económicas sob as quais se percebe um preponderante decréscimo no volume de negócios e que, cumulativamente, se pretende contribuir para mitigar os impactos dessa variação será, contudo, de identificar outros CAE’s, não contidos nos normas, os quais também deverão apresentar quebras significativas no decurso do ano económico em referência, nomeadamente: -----

- ----- 73110 – Agências de publicidade; -----
- ----- 74200 – Atividades fotográficas; -----
- ----- 77210 – Aluguer de bens recreativos e desportivos; -----
- ----- 82300 – Organizações de feiras, congressos e outros eventos similares; -----

- 85510 – Ensino desportivo e recreativo; -----
- 85520 – Ensino de atividades culturais; -----
- 85530 – Escolas de condição e pilotagem; -----
- 85593 – Outras atividades educativas, n.e.; -----
- 85600 – Atividades de serviços de apoio à educação; -----
- 93293 – Organização de atividades de animação turística; -----
- 93294 – Outras atividades de diversão e recreativas, n.e.; -----
- 93295 – Outras atividades de diversão itinerantes. -----

2 – Medidas dispostas no ponto B -----

---- Esta medida pretende incentivar a instalação de novos estabelecimentos de comércio, estando dispostos especificamente os mesmos CAE's definidos no ponto A, ou seja, as atividades económicas sob as quais se depreende haver uma maior quebra na atividade económica. -----

---- Ora, sendo certo que mesmo as projeções macroeconómicas mais otimistas, indicam que o ano de 2021, irá também refletir um volume da atividade económica das áreas identificadas, em níveis manifestamente inferiores aos registados no período pré-pandemia, estar a induzir o aparecimento de novos agentes económicos, nas áreas observadas como mais afetadas, será estar a induzir uma maior dispersão da procura, por via de uma maior abrangência da oferta e consequentemente contribuindo para uma maior dificuldade na sobrevivência do tecido empresarial já existente, circunstância que será antagónica aos efeitos que se pretendem promover com o programa A, anteriormente analisado. -----

---- Efetivamente, nos momentos de profunda crise económica e social, embora seja necessário mitigar um desaparecimento substancial dos agentes económicos existentes, constituem-se estes períodos, como oportunidades de reconversão dos setores económicos e dos modelos de produção, podendo verificar-se uma transição significativa da empregabilidade entre áreas, refletindo uma resposta dinâmica às áreas que hoje evidenciam uma procura emergente, em virtude de novas necessidades e tendências. -----

---- Consequentemente, esta crise veio demonstrar a necessidade em se reestruturar o setor empresarial, com necessidades momentâneas, certamente, mas com muitas outras que se

perspetiva que venham a ser permanentes. Assim, perspetivando-se um futuro em transição, desde logo tecnológico, e de alteração de paradigma, julgo que a manter-se esta medida, não deverão ser contempladas as áreas que evidenciam quebras de procura e no volume de negócios mais preponderantes, mas, ao invés, as áreas de atividade emergente e que se perspetivam como novas tendências, dando-se um sinal ao empreendedorismo local, sobre quais os setores onde se espera que o investimento seja alocado, face ao retorno expectável e médio e longo prazo. -----

---- Quanto às despesas elegíveis, estão previstas as rendas incorridas durante um período de 24 meses, penalizando-se, assim, as entidades que, em detrimento do arrendamento, optem pela aquisição própria do imóvel a afetar à atividade, nomeadamente com recurso ao crédito, considerando que, nestes termos, as despesas obtidas não serão objeto de elegibilidade. -----

3 – Medidas dispostas no ponto C -----

---- Esta ação visa promover um financiamento do setor hoteleiro do setor da restauração através da atribuição de vouchers. -----

---- O programa está direcionado para financiar uma noite extra e pela atribuição de um voucher de restauração a quem pernoita, um modelo que pela opção adotada, visa contribuir para um aumento do número de noites dormidas de quem nos visita, tendo esta iniciativa um impacto preponderante territorial muito definido, em concreto, no território de Fátima onde, em razão da oferta turística existente nesta área, se localiza a quase totalidade da oferta existente neste âmbito. -----

Considerações gerais complementares: -----

- ---Salvaguarda de compromisso do beneficiário, particularmente no que concerne ao emprego -----

---- Relativamente aos apoios definidos no documento em análise, propõe-se que se definam obrigações do beneficiário decorrentes da aceitação do apoio concedido, sugerindo-se que os beneficiários fiquem obrigados, durante a vigência deste programa a: -----

- a) ----- Manter a atividade da empresa; -----
- b) ----- Manter um número de trabalhadores igual ou superior ao que conste na declaração mensal reportada no momento da candidatura; -----

c) ----- Não ter dívidas à Segurança Social e à Autoridade Tributária e Aduaneira; ----

d) ----- Não ter dívidas ao Município de Ourém. -----

---- Assim, deverão ser definidas clausulas de penalização, pelo não cumprimento do disposto, nomeadamente uma diminuição do apoio obtido, particularmente por cada posto de trabalho perdido. -----

• ---Relatório de acompanhamento e final de execução do programa -----

---- O programa de apoio a estabelecer deverá definir a existência eventual de um relatório intercalar e como obrigatório um relatório final de execução, devendo este último conter os montantes financiados por entidade e por regime de apoio, sujeito a conhecimento dos órgãos municipais, com posterior dever de comunicação à IGF (Inspeção Geral de Finanças), conforme imposição legal no que concerne ao dever de reporte dos apoios e subvenções atribuídos a terceiros. -----

• ----- Dotação do programa -----

---- Deverá se definida uma dotação orçamental global previsto para o programa, com afetação dos montantes por ano económico (observado que se perspectiva a sua incidência também no ano económico n+1, ou seja, em 2022), sem o qual não é possível aferir o prévio enquadramento orçamental e a sua conformidade de enquadramento prévio da despesa subjacente, sabendo-se que é previsional e que poderá sofrer, por via de uma modificação orçamental, um reforço do valor inicialmente definido, caso tal se venha a verificar como necessário, ou, pelo contrário, uma diminuição, em virtude do montante do financiamento atribuído se situar inferior ao volume global inicialmente previsto. -----

---- Neste contexto, será de referir que, na presente data, o Orçamento Municipal, contempla uma dotação orçamental disponível, para apoios desta natureza, a afetar ao ano económico de 2021, que ascende a 750 mil euros. -----

---- À consideração superior,”. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se os pedidos de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **PAULA CRISTINA DE OLIVEIRA MARTINS**, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “O senhor Presidente na comunicação que fez, fazendo referência

que, nom início de março, tivemos noção de que o concelho de Ourém seria um concelho problemático, no que diz respeito à propagação do vírus e referiu, cito o que disse “*tivemos bem a noção de que esta pandemia teria um impacto grande nas pessoas e nas empresas*”. ---

A minha questão, pergunto ao senhor Presidente porque levou tanto tempo a avançar com este pacote de medidas para as famílias que, já desde março/abril, começaram a sofrer o impacto desta pandemia, quando já tinha consciência e quando os vereadores do PS já tinham alertado, há muito, que havia necessidade deste apoio. -----

Tínhamos sido classificados no relatório de contas que o Município de Ourém era o Município que tinha gasto menos ou tinha menos medidas de apoio com a população ourensense. -----

Porque razão levou tanto tempo, porque só agora surge este pacote de medidas. As famílias já estão em sofrimento, desde abril/maio, e só agora, passado quase um ano, apresenta este pacote. -----

Alerto para o seguinte. Da análise que fiz das medidas, essencialmente de apoio às famílias, há aqui uma questão que deixo um alerta. O nosso concelho é o segundo concelho do distrito com mais população estrangeira. Nas medidas há um requisito que é “*ter autorização da presidência*”, muito bem, concordamos com tudo isso, mas atenção, tendo um grupo de pessoas inscritas, sabemos que existem no nosso concelho e temos também um conjunto de pessoas que nem sequer estão registadas, mas estão a viver no nosso concelho. Como resolvemos este problema? Isto está pensado? É apenas um alerta. Essas pessoas são famílias completas, com crianças. Deixo este alerta. -----

Agradeço a atenção” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Não é fácil, por vezes, fazermos estas normas, tendo de ser bem ponderado, idealizado e ter orçamento para isso. -----

Aprovamos o orçamento para 2020 em 2019, não tínhamos a pandemia e não havia qualquer valor para este tipo de atividade, nem sequer tínhamos rubrica aberta para apoios imprescindíveis para o efeito. Quando idealizámos o orçamento para 202, aí sim, já sabíamos ao que vínhamos e programamos esta situação. -----

A título de informação, conheço mais três ou quatro municípios que estão a ter este tipo de iniciativas. Aqui, bem perto nós, Pombal também vai levar à Assembleia Municipal um pacote de medidas exatamente igual ou parecido a este que estamos agora aqui a apoiar; Batalha

exatamente a mesma situação, estando a trabalhar neste sentido; Leiria também aprovou recentemente, em sede da Assembleia Municipal, medidas de apoio. -----

Não me parece que a nossa situação, em termos temporais, esteja desfasada com aquilo que está a acontecer em todo o país porque, infelizmente, estamos a falar de entidades privadas, há regras que têm de ser cumpridas a que estamos sujeitos e às quais não podemos nem queremos fugir, por isso, entendemos ser esta a altura, a mais importante e a mais correta para lançar este tipo de medidas.” -----

= **ORLANDO SÉRGIO PLAMEIRO CALADO CAVACO**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Urqueira, expôs o seguinte: “Estamos aqui a falar em medidas tardias e desfasamentos temporais. -----

Gostaria de lamentar uma situação que todos nós, autarcas, passamos há pouco tempo, o próprio governo prometeu, em abril do ano passado, computadores para todos os alunos, todos, e, há duas ou três semanas, nós, autarcas, fomos confrontados com pais que não tinham PCs, pais que não tinham material informático. Estamos a falar de um processo de abril do ano passado. Isto, é o que eu considero tardio. Isto sim.” -----

= **HELENA SANTOS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Apenas gostaria de comentar a intervenção anterior -----

Existem muitas pessoas que residem no nosso concelho, que estão legais, mas que ainda não têm título de residência. -----

Não sei se tem conhecimento, mas as pessoas que estão aqui a trabalho, dão entrada de um pedido de manifestação de interesse no SEF mas, neste momento, as vagas no SEF não existem, estando muitas pessoas à espera de uma vaga que não têm. As pessoas consideram-se legais só com um simples título de manifestação de interesse feito no Portal. -----

Há que ter em conta esta situação porque há, no concelho, muitas pessoas com estes pedidos pendentes que estão legais, mas que não têm título efetivo. -----

Relativamente às questões das empresas, perguntava se as empresas previstas para estes tipos de apoio que o senhor Presidente tem aqui em mão, é relativamente às empresas que estão aqui com este CAE ou estão previstas empresas que sofrem com os efeitos da pandemia, nomeadamente, todo o comércio local e, estamos a falar de lojas que vendem todo o tipo de produtos, e também cabeleireiros e estéticas que têm os estabelecimentos encerrados devido à pandemia. -----

Obrigada” -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Bom dia a todos mais uma vez -----

Tenho aqui algumas perguntas no âmbito deste novo plano, ou do primeiro plano apresentado agora pelo executivo municipal. -----

Se há uma coisa que não gosto muito, é focarmo-nos nos casos negativos. Acho que o que faz sentido é procurarmos os casos positivos. -----

O senhor Presidente de Câmara focou três ou quatro câmaras que agora estavam a lançar os planos. Vou dar o exemplo de Matozinhos que tem um fundo municipal aprovado desde maio do ano passado. estes casos é que eu gosto, estes casos que correm bem, e não é focar nos casos negativos. Estivemos mal, mas também há quem esteja mal. Acho que o caminho é pelos casos positivos e não pelos negativos, na minha humilde e modesta opinião. -----

Não vai haver da parte do Partido Socialista qualquer voto contra estas medidas. Nós, no máximo, pudemos considerar que precisavam de correções ou que são insuficientes. -----

Gostaria de colocar algumas pequenas perguntas técnicas sobre a questão do apoio sobre as 10001. -----

Gostaria de perguntar ao senhor Presidente de Câmara se faz ideia da percentagem de turistas portugueses nas dormidas em Fátima. -----

Sabe também qual é a percentagem das reservas individuais das dormidas em Fátima. -----

Acha que o voucher de dez euros, que estes turistas que durmam duas noites em Fátima tiverem direito, vai ser usado de maneira equitativa em todos os restaurantes do nosso concelho, ou seja, em todas as zonas do nosso concelho. -----

Eram estas as três perguntas que gostava de lhe fazer” -----

= **AVELINO DA CONCEIÇÃO SUBTIL**, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Sr. Presidente, -----

Começo por exprimir a minha congratulação e de todo o Grupo do PS pela apresentação desta proposta de apoio ao tecido empresarial do concelho nas áreas de atividade mais afetadas pela pandemia, no âmbito do denominado “Pacote de apoio às empresas do concelho de Ourém”. --

Sr. Presidente, este Pacote representa o reconhecimento da justeza e acerto das posições assumidas pelos vereadores do Partido Socialista que há vários meses vinham defendendo um

adequado apoio às famílias e empresas do concelho de forma a atenuar as dificuldades provocadas pelo COVID-19. -----

Relativamente à proposta “A - NORMATIVO PARA APOIOS DIRETOS ÀS EMPRESAS DO CONCELHO DE OURÉM NO ÂMBITO DO COMBATE AO IMPACTO DA PANDEMIA COVID-19, gostaria de obter o esclarecimento por parte de V. Exa sobre o enquadramento dos empresários em nome individual. -----

No ponto 2 do I - Objeto e âmbito da proposta, está expresso que “*Este normativo abrange - todas as empresas e empresários em nome individual*” com os CAE discriminados. -----

Por sua vez, no n.º III., da alínea c) do n.º 1 do III - Pedidos de apoio, exige-se como *um dos documentos que deverão acompanhar os pedidos “Declaração do contabilista Certificado (CC) ou Revisor Oficial de Contas (ROC) para efeitos de demonstração e comprovação dos critérios de elegibilidade nos termos da alínea e) e f) do II – Condições de elegibilidade”*. -----

Como o sr. Presidente bem sabe, um grande número de Empresários em Nome Individual não é obrigado a apresentar contas elaboradas por CC e muito menos certificadas por ROC. -----

Os setores da restauração e do comércio a retalho, nomeadamente de artigos religiosos, dos mais afetados pela pandemia, registam um elevado número de ENI. -----

Assim, agradeço que esclareça se a exigência desta declaração visa excluir deste apoio os ENI sem contabilidade organizada de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística” -----

= **MARTIM JOSÉ ROSADO BORGES DE FREITAS**, na qualidade de representante do grupo municipal CDS-PP, expôs o seguinte: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ourém -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourém -----

Exmos. Senhores Vereadores, -----

Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal, -----

Exmos. Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia e demais autarcas, -----

Exmas. Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas -----

Exmos. Representantes das Associações Cívicas, Desportivas, Recreativas, Culturais e Empresariais, -----

Exmos. Senhores Funcionários, -----

Exmos. Convidados, -----

Exmos. Senhores representantes dos órgãos de comunicação social, -----

Minhas Senhoras, -----

Meus Senhores, -----

Em nome do CDS-PP, gostaria de me congratular com o novo pacote de medidas de apoio às Famílias em situação de vulnerabilidade e de apoio às Empresas, existentes e a criar, recentemente lançado pelo Executivo Municipal no âmbito da pandemia que estamos ainda a viver em Portugal e no Mundo. -----

Os apoios ao impacto da pandemia constituem uma matéria que deveria ser consensual entre todos nós. Se a questão social foi sempre um assunto que nos preocupou desde o início, a verdade é que sempre acreditámos que este flagelo sanitário haveria de passar rapidamente e que, face ao primeiro confinamento de há um ano, Portugal haveria de recuperar rapidamente. Se não tivesse sido essa a percepção de todos, o próprio Governo do país não teria falhado rotundamente no planeamento - que não fez - sobre a evolução da pandemia nem sobre o combate que haveria de ter sido feito ao seu impacto junto das pessoas, famílias e empresas. Vir, agora, o PS dizer que as medidas que o Executivo Municipal adoptou e aqui nos vem propor chegam com um ano de atraso só pode ter um efeito *boomerang*: de facto, é fácil acertar no totoloto à segunda-feira! -----

Portanto, ao contrário do que acontece com o PS, que afirmou publicamente que este segundo pacote de medidas de apoio, repito, segundo pacote de medidas de apoio, chega tarde, para nós, para o CDS-PP, nunca é tarde para se apoiar as pessoas, as famílias, as empresas.

Sublinho: não sendo assistencialistas e considerando que os problemas das pessoas, das famílias e das empresas não devem ser resolvidos através de subsídios ou despejando-lhes dinheiro para cima, para o CDS-PP nunca é tarde para as apoiar. -----

Mas ainda no que se refere aos apoios a famílias e empresas, disse o PS que – e passo a citar – ‘...continuamos a achar estas medidas pobres, envergonhadas e reveladoras da enorme dificuldade que o executivo tem manifestado em abrir os cordões à bolsa ...’ -----

Senhor Presidente -----

Minhas senhoras, meus senhores, -----

Como pode o PS vir aqui falar da enorme dificuldade que o Executivo Municipal tem manifestado em abrir os cordões à bolsa quando sabe, por experiência vivida, de que foi promotor, de que de nada serve abrir os cordões à bolsa se lá dentro, na bolsa, não houver dinheiro? É que o PS, como, aliás, tive oportunidade de referir na minha anterior intervenção sobre a sustentabilidade financeira do Município, não pode vir aqui querer ‘sol na eira e chuva no nabal’. A menos, claro, que queira voltar ao ‘antigo normal’, aceitando, sem mais, que a dívida é, por definição, para não se pagar...! -----

Senhor Presidente, -----

Minhas senhoras, meus senhores -----

Ainda no que diz respeito às empresas, em Junho do ano passado, o CDS foi mais longe e sugeriu, para um quadro pós-pandemia – tão longe estávamos do confinamento que estamos hoje a viver – que devêssemos ponderar sobre o destino a dar aos apoios que virão da União Europeia para Portugal. Estes apoios, que não virão somente para Portugal, são apoios que vão também ser atribuídos a todos os Estados-membros, cujas empresas e consumidores também vão ser compradores e clientes de empresas portuguesas, podendo, nomeadamente, vir a sê-lo de empresas sediadas ou a sediar em Ourém. Independentemente, pois, destes apoios concretos que estamos hoje a aprovar aqui, o CDS insiste que é importante levar em linha de conta estes outros fluxos que, se forem devidamente monitorizados e acompanhados, poderão vir a beneficiar o tecido económico e empresarial ourémense. Ou seja, pode e deve o Executivo gizar neste contexto também um outro tipo de apoios, até não financeiros, para que o dinheiro com origem na União Europeia faça com que empresas de outros Estados-membros possam vir comprar a Portugal e nomeadamente a Ourém. -----

Por fim, também em Junho de 2020, com as informações que íamos recebendo de boa parte dos operadores turísticos do concelho, pediu o CDS ao Executivo Municipal que apoiasse mais quem opera na área do turismo em Ourém. -----

Nesse sentido, o Programa de Dinamização do Turismo no Município através da Campanha das ‘10.001 noites’, constituindo uma iniciativa que corresponde àquele nosso apelo e sendo uma iniciativa que visa o relançamento da economia local e do seu tecido empresarial, merece, pois, o nosso total acolhimento. Mas merecê-lo-á totalmente se, à vantagem de não ser criada

dívida, se lhe juntar a de serem alcançados todos os seus efeitos associados: os pensados e os desejados, pelos autores, pelos operadores e pelos consumidores. Em suma, por todos os potenciais beneficiários do Programa e da Campanha. -----

Disse.” -----

= **NUNO MANUEL PINTO DIAS**, em nome do grupo municipal Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia, e na sua pessoa cumprimento os membros da mesa, -----

Na pessoa do Sr. Presidente da Câmara cumprimento todo executivo municipal, -----

Um cumprimento ainda para todos os meus colegas e presidentes de junta, a Comunicação Social e o Público que nos acompanha online, e a todos faço votos de saúde e segurança. -----

Uma nota prévia à minha declaração política, em nome da bancada do PSD, gostaria de recordar, no seguimento da intervenção da senhora deputada Paula Martins, que volta a insistir na falácia do baixo investimento/gasto do Município quando, penso que já terá sido esclarecido, pelo senhor Presidente de Câmara, em sessão anterior, que ir ao portal base.gov e puser a palavra COVID não é suficiente, até pelo investimento efetuado via CIMT. -----

No seguimento das intervenções anteriores, gostaria de frisar que são novamente as autarquias chamadas a acudir às dificuldades dos seus cidadãos, substituindo-se aquilo que seriam obrigações do próprio Estado. -----

Há pouco, o meu colega Orlando falou dos computadores mas, pelo que se sabe, não é uma questão de orçamento, até porque havia apoio europeu para o facto, portanto, ainda haverá muito que esclarecer e terão, certamente, oportunidade de voltar a falar destes pormenores. ----

Declaração: Na ordem de trabalhos desta Assembleia é apresentado mais um novo pacote de medidas do foro municipal para mitigar o impacto da pandemia nas famílias e nos agentes económicos do nosso concelho. -----

Antes de tudo, a bancada do PSD considera importante tecer as seguintes algumas considerações, que servem como ponto de princípio: -----

1.º O Município de Ourém tem sido incisivo e atempado na tomada de decisões no sentido de minorar os efeitos diretos e indiretos da pandemia; -----

2.º As consequências do COVID-19 não afetam todos por igual, atingindo pessoas e setores económicos de forma mais decisiva do que outros e os impactos por eles sentidos não ocorrem

ao mesmo tempo, havendo a consciência de ter que haver, obrigatoriamente, critérios de proporcionalidade para as medidas tomadas e os seus momentos de implementação; -----

3.º As famílias e os agentes económicos assolados por estes efeitos não precisam só da coragem e da determinação na tomada de decisões para medidas de apoio, esperando igualmente que estes processos sejam desburocratizados, intuitivos, acessíveis e céleres, de modo a que esses apoios sejam reais e efetivos, de modo a suprirem as necessidades de hoje; O executivo municipal tem norteado a sua ação política com estas premissas, destacando-se, numa primeira fase (e agora renovados), com as medidas muito importantes no apoio às IPSS's, com impactos diretos no rendimento das famílias no que diz respeito ao pagamento das AAAF's, CAF's e Creche, em que o Município comparticipou uma grande parte do valor das mensalidades no tempo em que as instituições estiveram fechadas, segurando os postos de trabalho e ao mesmo tempo aliviando os encargos das famílias durante o tempo em que o serviço não era prestado. -----

Outro extraordinário exemplo, em virtude deste segundo confinamento, traduz-se na definição e concretização de mais respostas perante situações de emergência e de comprovada vulnerabilidade das nossas famílias, passando a contemplar apoios no que concerne: -----

- Pagamentos de despesas no âmbito da saúde (a medicamentos e exames após receita médica); -----
- Liquidação de mensalidade no consumo de água, gás e eletricidade; -----
- Resposta na atribuição de bens alimentares e a bens de primeira necessidade; -----
- Apoio ao cumprimento de rendas de casa; -----
- Outras consideradas essenciais. -----

Além disso, o executivo em funções também materializa um apoio direto às empresas sediadas do concelho, que de acordo com o seu escalão de faturação definido, receberão um apoio diretamente proporcional à quebra de faturação ocorrida durante o ano de 2020. -----

Não obstante disto, os problemas não se esgotam no presente, e as recentes propostas de programas de apoio à retoma para os sectores relacionados com o canal horeca (com fortíssima implantação no nosso concelho), demonstram a visão e a lucidez do nosso executivo municipal. -----

Os incentivos à instalação de novos estabelecimentos comerciais, com a comparticipação no valor das rendas ou o já anunciado, (e desculpem-me a expressão), SUPER programa das 10001 noites com 10001 e vouchers para a restauração é bem demonstrativo de que há uma estratégia no que tange ao apoio municipal para o erguer deste setor económico. -----

Minhas senhoras e meus senhores, -----

Por último, voltando a corroborar esta importância sobre a execução dos apoios enunciados, é preciso transmitir a mensagem que as candidaturas já podem ser formalizadas através do site do Município, de forma fácil e rápida, prevendo-se que no próximo mês de março já se possam atribuir aqueles que foram os primeiros apoios enviados. Quanto aos programas de retoma, serão abertas as inscrições em março para se iniciar a campanha a 1 de abril. Resumindo: os apoios vão chegar **IMEDIATAMENTE!** -----

Ex.mo Senhor Presidente, -----

Todos sabemos o que se passa na região, no país e mundo. Todos acompanhamos o que os outros Municípios fazem e o impacto que isso tem na vida das pessoas. -----

É justamente por isso que a bancada do PSD presta o devido e inteiro reconhecimento a V.^a Ex.^a e à sua equipa, porque o arrojo, profundidade e a força do pacote de medidas tomadas no nosso concelho já são apontados com um exemplo e uma referência regional e nacional, sendo divulgado e multiplicado em diversas plataformas e fóruns de grande renome nacional. -----

Tudo por nós e pelos Ourenseiros. -----

Um bem-haja.” -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Senhor Presidente, -----

Gostava de fazer uma intervenção para que fique aqui clara a posição do PS, porque a posição do PS não é a vontade que os senhores deputados do PSD quiserem ou o senhor deputado do CDS. -----

Nós tivemos a iniciativa de apresentar em sede de reunião de Câmara, em julho, por via da voz dos nossos vereadores, propostas nesta matéria. -----

Voltámos a apresentar uma proposta em concreto, em finais de setembro, sobre esta matéria. -

Voltou-se a discutir esta matéria, em reunião de Câmara, em novembro. O senhor Presidente da Câmara disse que estavam a ser tomadas medidas. -----

Aqui, na Assembleia Municipal, o senhor Presidente de Câmara disse, na sessão de ordinária de dezembro, que se estava a preparar um pacote e que a seu tempo diria. -----

Na Assembleia extraordinária de janeiro disse, dentro de dias vamos apresentar este pacote. Apresentou este pacote agora. -----

Os senhores deputados do PSD até podem dizer os números que quiserem mas, perdemos seis meses porque esse pacote que nasceu entre novembro e janeiro poderia ter nascido entre julho e setembro. Agora, não vale a pena estar aqui a dizer que o pacote é mau porque ele é bom ou porque é bom porque é mau. Não. O pacote tem virtualidades que nós reconhecemos, já foi aqui dito pelos senhores deputados municipais do PS, tem fragilidades que nós apontamos, tem dúvidas que se levantam e temos a esperança de que corra bem.

Queria aqui sublinhar que o senhor Presidente da Câmara já disse hoje aqui uma coisa que não é verdade. Eu não o interromper, mas agora aproveito para dizer. O Senhor Presidente da Câmara disse que o grande aumento da água se devia à negociação em 2014 por parte da Câmara do PS com a Veolia, mas não tem nada a ver com isso. A Veolia veio exigir 90% de aumento da água porque havia uma cláusula no contrato em 1996 que dizia que, quando havia a variação de caudais em 10%, havia que pagar indemnização à BeWater, e a Câmara nunca o tinha feito. Isso foi para Tribunal Arbitral, não foi o executivo do PS que decidiu nada, foi o Tribunal Arbitral e os senhores vereadores do PSD, na reunião de Câmara, não fizeram nenhuma declaração política sobre isso. Foi uma decisão do Tribunal Arbitral a que a Câmara Municipal do PS se opôs. Foi, por isso, que a água, hoje, tem esse preço, foi porque o contrato em 1996 foi mal feito. Está documentado, está na Câmara Municipal a ação, portanto, gostaria que isso fosse aqui repostos. E, não vale a pena entrar aqui em conflitos sobre coisas factuais. – O senhor Presidente de Câmara levou á reunião, e bem, um pacote e estamos preparados para votar a favor, com uma declaração de voto. -----

Estamos de acordo, nós faríamos outra coisa e iríamos um pouco mais além, mas, dentro daquilo que tínhamos proposto, sentimo-nos enquadrados, genericamente, por aquilo que o senhor Presidente levou à reunião de Câmara e que traz aqui a esta Assembleia Municipal.” ----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhor MARTIM JOSÉ ROSADO BORGES DE FREITAS, na qualidade de representante do grupo municipal CDS-PP, expôs o seguinte: “Pelos vistos fui pouco claro, há pouco, na minha intervenção. Quando disse que nunca é tarde para apoiar as pessoas, as famílias e empresas estava a referir-me a

abordagens diferentes relativamente àquilo que o senhor deputado do PS acaba de dizer. Uma coisa é quando estamos em cenário de pandemia e a tentar acorrer à situação, que é o que acontece hoje. Outra diferente é o cenário de pós-pandemia. Ora, as propostas apresentadas pelo Partido Socialista há seis meses, foram-no para um cenário de pós-pandemia, já que, naquela altura, até de acordo com as informações do governo, estávamos já nesse cenário de pós-pandemia. O conjunto de medidas que agora estamos a aprovar é de natureza diferente e destina-se a famílias em situação de vulnerabilidade em cenário de plena pandemia, que é o actual. Portanto, dizer-se que já vêm tarde, não faz sentido nenhum! De resto, e infelizmente, ainda vamos ter de discutir, futuramente, o cenário de pós-pandemia, aí sim, com novas medidas que, certamente, vão ser necessárias e onde as medidas propostas pelo PS podem eventualmente ser tidas em consideração. -----

Por isso, quando o CDS diz que nunca é tarde para apoiar as famílias, as pessoas e as empresas di-lo porque a realidade com que estamos a trabalhar é a actual, de plena pandemia, e não a futura, de pós-pandemia. Muito obrigado” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “A senhora deputada Helena Pereira fala-nos aqui dos imigrantes. Aproveito para dizer que existem outras entidades que têm obrigação também de fazerem face a esta situação, não só no nosso concelho, como também no distrito e no país. Nós temos, muitas vezes, substituindo-nos a essas entidades e iremos continuar a fazê-lo. Independentemente das pessoas terem título de residência, todas as que necessitem de apoio, serão apoiadas. E, dou um exemplo. Há cerca de um ano, tivemos uma situação gravíssima no nosso concelho, com cerca de cento e vinte pessoas completamente abandonadas num pavilhão. Outras entidades deveriam, porque era sua obrigação, fazer face ao problema que estava identificado, mas teve de ser o Município a levar comida e levá-las para o sítio que deveriam ter ido, resolvendo assim a situação. E, não andamos na praça pública a dizer ou a tirar fotografias porque estas situações precisam de recato. Uma outra situação. Temos apartamentos de emergência no nosso Município, hoje estão ocupados por duas situações que a Segurança Social pediu, porque era sua responsabilidade, para ocupar porque não tinham onde pôr as pessoas e colocaram-nas naqueles apartamentos. Isto para dizer que as pessoas, no nosso concelho, desde que tenhamos conhecimento, ninguém fica para trás, seja português ou estrangeiro. -----

O CAE. Penso que já está alterado. Efetivamente, havia essa falha e, hoje, aparece uma alínea que diz “outros CAE” e todos podem ser enquadrados. Que ninguém fique fora disso. É uma questão que está a ser resolvida. Era uma falha do regulamento e, todas as pessoas, podem, se assim o entenderem e reunirem as condições, apresentar a sua candidatura. -----

Ao senhor deputado Nuno Baptista. Colocou aqui a questão sobre a percentagem de turistas nacionais que, habitualmente, ficam em Fátima. de acordo com os dados do INE, em 2019, foram cerca de 30% os turistas nacionais que dormiram em Fátima, significando que 70% foram turistas estrangeiros. Como sabemos, o ano de 2020, por força das restrições do tráfego aéreo, os estrangeiros não puderam vir como habitualmente vinham, nesse sentido, a indicação que tenho é que, em 2020, os turistas nacionais representaram 63% das dormidas que houve em Fátima, o que representa um acréscimo significativo comparativamente a 2019. Também por isso, esperamos que, este ano, possa ter mais um acréscimo por força deste incentivo que nós estamos a trazer. -----

Em relação ao voucher de restaurante. Este vai ser destinado aos restaurantes que aderirem à campanha e se inscreverem na plataforma, tendo apenas uma obrigação, que possam estar disponíveis para que, no futuro, possam participar em campanhas gastronómicas que iremos realizar, ainda este ano, se possível. Qualquer restaurante do nosso concelho pode aderir a esta campanha e as pessoas podem trocar o seu voucher nestes restaurantes aderentes. -----

Ao deputado Avelino Subtil. Fala de situações de obrigatoriedade dos contabilistas puderem ou não validar as despesas. As empresas com a contabilidade não organizada, não obriga a que o contabilista certifique, mas apenas que se responsabilize pelos dados que são enviados. Não é obrigatório pela lei ter um contabilista certificado, queremos apenas a responsabilização de alguém para que os documentos tenham a validade que devem ter. -----

Ao deputado Martim, agradeço as considerações, assim como ao deputado Nuno Dias. -----
Estes apoios na primeira fase e na segunda fase de confinamento. Tínhamos investido cerca de setecentos mil euros na primeira fase, agora é cerca de um milhão e duzentos mil euros com todos estes apoios, perfazendo um total de cerca de dois milhões de euros de apoios diretos no nosso concelho. -----

Relativamente à questão da água. Gostaria de dizer que quem trouxe a questão foi uma deputada do Partido Socialista. O esclarecimento que o senhor deputado deu agora, poderia ter dado à senhora deputada. O contrato é de 1996, tendo determinados pressupostos e, não

disse nenhuma inverdade, em 2014 o Partido Socialista entendeu, de acordo com o Tribunal Arbitral, aumentar a água em 56%. Não disse nenhuma inverdade porque disse que foi no tempo do Partido Socialista.” -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhora PAULA CRISTINA DE OLIVEIRA MARTINS, expôs o seguinte: “Faço questão de voltar a falar nesta última abordagem sobre a água. Já é a segunda vez que o senhor Presidente induz que a deputada Paula Martins não está informada. Não me parece muito correto da parte do senhor Presidente. Obviamente tinha conhecimento da situação, mas continuo a perguntar, aquilo que estamos a passar com a BeWate, porque razão não há uma tentativa de arranjar outras condições para a população. Deixo em aberto. -----

Relativamente às medidas COVID, gostaria de dizer o seguinte. Como já foi dito pelos deputados do PS, estamos de acordo com este pacote de medidas que são muito bem vindas. Relativamente aos assuntos pontuais que o senhor Presidente apresenta irei informar-me sobre uma das situações que apresentou e que não irei abordá-la aqui. -----

Relativamente aos apoios aos emigrantes, agradeço a intervenção da deputada Helena que veio ao encontro daquilo que eu queria dizer. Sem dúvida que há uma preocupação com a população emigrante, com estas famílias. O que deixei foi um alerta, parece não foi bem aceite, mas deixo um alerta para estas famílias que estão no nosso concelho e merecem ser apoiadas. O senhor Presidente disse que estas situações estão previstas, ainda bem que sim. -

Relativamente ao apartamento que tem pessoas emigrantes, espero que, de futuro, o senhor Presidente tenha uma posição diferente relativamente a isto porque as entidades públicas têm todo o interesse de resolver as situações da população, quer seja ela emigrante ou não, estando a passar por situações difíceis. O apartamento, ainda bem que tem e pode responder.

A Câmara recebeu alguns emigrantes, estrangeiros num programa específico CPR, com apoios específicos para apoiar as famílias por um período em que recebiam um montante significativo para apoiar e garantir que estas pessoas se tornassem autónomas. Como sabe, quando essas situações não acontecem retoma para o CPR que, por sua vez, quando o programa termina encaminha estas situações para esta entidade que volta a reencaminhar as situações para uma entidade pública que é a Segurança Social que tem responsabilidade em matéria de apoio a refugiados e pessoas que pedem proteção de asilo. Esse trabalho é feito e ninguém fica sem ser apoiado. Nem todos os emigrantes, nem todos os estrangeiros estão dentro deste

programa. O que compete as estas entidades, como a Segurança Social, o papel dessas obrigações está feito porque isso é formalizado pelo CPR para estas entidades e quem está no terreno irá fazer o trabalho em articulação com os municípios, solicitando apoios de habitação ou outros que, no imediato, não se conseguem. Não é um passar de responsabilidade para ninguém. O dinheiro é público, é de todos, a intervenção é de todos. Não temos de apontar o dedo a A ou a B, temos de trabalhar em conjunto e responder pelo bem de todos os ourienses e por todos os estrangeiros que escolheram este concelho para viverem.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, expôs o seguinte: “Senhora deputada Paula Martins, agora não é o senhor Presidente de Câmara que lhe dirige a palavra é o Presidente da mesa da Assembleia. -----

A mesa da Assembleia e a condução destes trabalhos têm regras e tem um Regimento. E, já não é a primeira vez que a senhora deputada municipal tenta quebrar essas regras ao seu belo prazer, como benefício. Gostamos muito de a ouvir, tem toda a pertinência as observações que faz, os comentários e até algum conhecimento que possa adicionar até à própria Assembleia e a quem nos ouve, agora não se deve inibir de cumprir as regras como os outros cumprem, inscrever-se no momento certo. O senhor Presidente da Câmara depois responde. Excepcionalmente há situações que depois volta a tomar da palavra e a senhora deputada até invocou e sugerido pelo senhor líder de bancada a defesa da honra, mas aquilo que fez não foi isso, não defendeu a honra, esteve novamente a falar de um assunto e que, se houvesse oportunidade, todos voltariam a falar sobre o assunto. Isto não são regras. -----

Como responsável pela direção dos trabalhos deixo-lhe aqui um apelo para que, da próxima vez, tenha em mais atenção os pontos da ordem de trabalhos, quando deve intervir e o momento que o deve fazer, respeitosamente.” -----

----- NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS. -----

----- De seguida, o membro da Assembleia Municipal, senhor NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, apresentou a seguinte declaração de voto: “Os deputados municipais do Partido Socialista, em

consonância com os nossos vereadores, sempre foram favoráveis a um aumento muito significativo dos apoios municipais, a famílias e empresa no âmbito da Pandemia Covid19. -----
Criticámos violentamente o facto de o concelho de Ourem aparecer tristemente nos 20 municípios que menos gastaram com apoios à COVID 19, baseados num relatório do Tribunal de Contas (isto não são suposições, são factos) -----

Não foi ninguém do Partido Socialista do concelho de Ourem que proferiu, em plena Assembleia Municipal, a afirmação do género - Sou contra apoios ao consumo-, como se estivéssemos a falar de uma época normal das nossas vidas, foi o Sr. Presidente da Camara Municipal de Ourem. -----

No Verão de 2020, os vereadores do Partido Socialista, lançaram o desafio para a criação de um fundo de emergência municipal. O Sr. Presidente de Camara só viu problemas nesta proposta, nomeadamente que “não tínhamos a noção do que demorava para aprovar um regulamento. O que muito possivelmente desconhecia é que havia enquadramento legal desde do dia 10 de Abril (!!!!) - lei 6/2020 e artigo 4º com destaque para o ponto 2 - onde diz que os apoios podiam ser concedidos independentemente de haver regulamento ou não! – Podemos por isso dizer que” a sua impreparação para o cargo e desconhecimento dos instrumentos para combate às dificuldades da população afetados pela pandemia, prejudicou muitos munícipes e principalmente os que mais precisavam -----

Devido a isso, executivo municipal apesar de reconhecer uma *“quebra bastante expressiva da atividade das empresas a partir do 2º trimestre de 2020”*, só 6 meses depois apresenta o reforço das medidas de combate à pandemia! É tarde! Quem perdeu foram os munícipes e as suas empresas, algumas em estado de agonia económica!!! -----

Obviamente que saudamos o facto de Executivo ter apresentado este reforço, que os vereadores do PS propuseram no verão passado e que o executivo deixou na gaveta até agora. -----

Algumas das medidas são positivas, nomeadamente a campanha das *“10.001 noites”*; que pode relançamento da economia local e que, acreditamos, se for bem divulgada, poderá ter um impacto positivo significativo no tecido empresarial do nosso concelho. No entanto esta medida

tem pontos fracos, talvez por não ter tido em conta a opinião dos vários operadores do sector, senão vejamos: -----

- Incide somente em turistas nacionais, que são aproximadamente responsáveis por 30% das dormidas do concelho. -----

- Só abrange reservas individuais, que não são também as predominantes. -----

- Segundo os vários empresários do setor ouvidos pelo Partido socialista, o ano de 2021 e princípio de 2021, relativamente a férias e fins de semana dos portugueses, à semelhança do que aconteceu em 2020, vão ser focalizadas na vertente praia e turismo rural, em nenhuma delas se engloba Fátima. -----

A oferta de um vale de € 10 para gastar a restauração por parte desses turistas, irá criar uma enorme desigualdade territorial no nosso concelho, porque obviamente a esmagadora maioria desses vouchers vão ser gastos em Fátima. -----

Porque não oferecer um voucher de € 10, a cada cidadão, maior de idade, residente no nosso concelho, para gastar nessa atividade, o que levaria a que todo o concelho fosse englobado da mesma forma? -----

No que se refere às famílias, temos mais do mesmo: 75.000 euros parece-nos manifestamente pouco para fazer face às *“despesas regulares, essenciais para a manutenção de condições de vida dignas”* como se refere no documento. -----

O Executivo prevê em orçamento gastar 750 mil euros, apenas 1,4% do total do orçamento 2021. O desafio lançado pelo PS, foi a aprovação um montante até 5% do orçamento, o que ultrapassaria a verba dos 2 milhões de euros. E que seriam inscritos em orçamento e não ficar à mercê da subjetividade de caso os 750 mil euros não fossem suficientes e assim numa gestão unipessoal através de modificações orçamentais, **justificando que o município possa e deva ir mais longe no apoio as famílias e empresários do concelho**, sob pena de Ourém continuar entre os municípios que, a nível nacional, menos ajudas disponibilizou às populações segundo dados do Tribunal de Contas.” -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.13 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

----- O senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou de que não se tinham verificado pedidos de intervenção, por parte do público. -----

----- Neste momento, tomando a palavra, a 1.ª SECRETÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, nos termos do n.º 3, do artigo 72.º do Regimento da AMO, questionou o plenário sobre a aprovação do texto das deliberações mais relevantes, em minuta, sendo assinadas, após aprovação, pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, em minuta, o texto das deliberações mais relevantes, tomadas nesta sessão.** -----

----- Concluída a ordem de trabalhos desta sessão extraordinária, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL deu esta por encerrada, pelas catorze horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, pelo Primeiro Secretário e pelo Segundo Secretário. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O PRIMEIRO SECRETÁRIO

----- O SEGUNDO SECRETÁRIO